

NOVEMBRO 2020



A SOLIDARIDADE NOS TEMPOS DA COVID-19

RESPOSTAS DA SOCIEDADE CIVIL À PANDEMIA

SOBRE ESTE RELATÓRIO

À medida que a pandemia da COVID-19 foi varrendo o mundo, a sociedade civil intensificou seus esforços para ajudar. As organizações da sociedade civil (OSC) fizeram a diferença para as pessoas e comunidades que vivenciam os impactos tanto da pandemia quanto das medidas de emergência tomadas pelos Estados. As OSCs trabalharam não apenas como agentes de linha de frente, mas também como defensoras dos direitos humanos durante a pandemia, incluindo os direitos dos grupos vulneráveis e excluídos. O presente relatório apresenta algumas das muitas respostas da sociedade civil à crise da COVID-19. Ele descreve como as OSCs forneceram auxílio às pessoas e comunidades, como elas defenderam direitos e como a ação cívica foi sustentada por meios novos e alternativos. Também complementa as outras **iniciativas** da CIVICUS que visam documentar e compreender as diversas maneiras pelas quais a pandemia afetou a sociedade civil, incluindo seus impactos no **espaço cívico** e nos **recursos** disponíveis para a sociedade civil.

Nosso relatório destaca as ações da sociedade civil e apresenta as suas vozes. Ele se baseia em diversas fontes, incluindo uma série de entrevistas com líderes e ativistas da sociedade civil, uma pesquisa com membros da CIVICUS, contribuições de membros do **Grupo de Afinidade das Associações Nacionais** (AGNA - uma rede de associações nacionais da sociedade civil e plataformas regionais), vários webinários e discussões públicas, informações do **CIVICUS Monitor** e reportagens da mídia.

Publicado em um momento em que a pandemia e seus impactos ainda estavam afetando a maioria das sociedades, nosso relatório busca proporcionar um resumo de uma gama diversa de atividades da sociedade civil, destacando a contribuição essencial que a sociedade civil está dando para responder à crise e defender direitos, assim como seu papel como uma fonte de criatividade e inovação. Ele tira algumas lições preliminares e faz recomendações sobre como os Estados e outras partes interessadas podem habilitar a sociedade civil e trabalhar com ela na resposta e recuperação da pandemia e em situações de emergência no futuro, de modo que a sociedade civil possa abordar as necessidades imediatas e ajudar a enfrentar as questões fundamentais que as crises expõem.



Distribuição de caixas de alimentos fora da Mesquita Taqwa em Nova York, EUA.
© Stephanie Keith/Getty Images



4

VISÃO GERAL

7

PRINCIPAIS RESPOSTAS

56

IDEIAS PARA OS PRÓXIMOS PASSOS, RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA FUTURA

60

CRÉDITOS

Data de publicação: novembro de 2020

Foto da capa: Uma enfermeira faz uma demonstração para exigir o fornecimento de equipamentos de biossegurança no Hospital Los Andes em La Paz, Bolívia, em 16 de junho de 2020.

Crédito: Gastón Brito/Getty Images



Esta publicação foi produzida com o inestimável apoio da União Europeia. O conteúdo do documento é da exclusiva responsabilidade da CIVICUS e de forma alguma pode ser considerado um reflexo das opiniões da União Europeia.

A COVID-19 nos colocou diante de uma nova e alarmante crise. À medida que a pandemia se espalhava, as pessoas esperavam, com razão, que os líderes de seus países se mostrassem à altura do desafio e fizessem boas escolhas para proteger vidas e meios de subsistência. Elas apelaram para que seus líderes encontrassem um equilíbrio difícil entre impedir a propagação do vírus, limitar temporariamente as liberdades e permitir que as pessoas pudessem satisfazer suas necessidades essenciais.

Houve Estados em que os tomadores de decisão fizeram escolhas amplamente acertadas que limitaram a transmissão do vírus e os impactos das medidas de emergência. Também houve exemplos de decisões caóticas, corruptas e egoístas que custaram vidas, restringiram direitos e agravaram os impactos das medidas de emergência. Em muitos casos, os Estados introduziram restrições excessivas de direitos e alguns usaram a situação como um pretexto para centralizar poder e reprimir as liberdades fundamentais.

Mas, embora muita atenção, tanto positiva como negativa, tenha sido dada às ações dos Estados, houve muito menos reconhecimento do papel fundamental desempenhado pela sociedade civil. Mesmo sob condições difíceis de espaço cívico restrito, houve uma resposta rápida e indispensável da sociedade civil. A sociedade civil atendeu às necessidades, defendeu direitos e forjou novos caminhos para a ação cívica. Em cada país, uma variada gama de grupos da sociedade civil lutou para atender às necessidades das comunidades mais afetadas pela crise. Muitas vezes a sociedade civil interveio onde outros não agiram, trabalhando para preencher lacunas deixadas pelos Estados e empresas.

Muitas das respostas da sociedade civil se concentraram em mitigar os impactos das políticas estatais que impuseram confinamentos e interromperam muitos aspectos da vida cotidiana, as quais afetaram especialmente os grupos vulneráveis e excluídos. Os confinamentos, toques de recolher e outras restrições de emergência foram frequentemente impostos apressadamente, com pouca preparação e, na maioria das vezes, sem consulta prévia com a sociedade civil, e, portanto, tiveram impactos imprevistos. Enquanto muitos Estados ofereceram apoio em resposta ao dramático abrandamento da atividade econômica, os esquemas adotados foram frequentemente inadequados, deixando inúmeras

pessoas lutando para sobreviver. Em muitos casos não levavam em conta as necessidades de determinados grupos excluídos. Por exemplo, muitas pessoas que trabalhavam na economia informal não tiveram acesso a medidas de apoio que reconheciam apenas o trabalho formal; pessoas sem documentos de identificação oficiais, incluindo migrantes indocumentados, geralmente não se qualificavam para receber ajuda; mulheres, entre outros, foram marginalizadas por esquemas de apoio que identificavam homens como chefes de família. A sociedade civil trabalhou muito para compensar esses déficits, fornecendo apoio e informações cruciais.

Juntamente com as respostas para atender às necessidades essenciais, a sociedade civil trabalhou para defender os direitos daqueles cujo acesso aos direitos ficou ainda mais dificultado. Entre as pessoas afetadas, havia mulheres que se tornaram muito mais expostas à **violência baseada em gênero (VBG)** enquanto estavam fechadas em casa, minorias étnicas, raciais e religiosas e pessoas LGBTQI+ que foram difamadas como fontes de contágio, e pessoas que viviam nas ruas ou em assentamentos informais, que estavam mais em risco, tanto de contágio quanto de punição, por violar regras impostas pelo estado de emergência. A sociedade civil trabalhou para monitorar e expor violações de direitos, fazer campanha e advogar por políticas que atendessem melhor aos grupos excluídos. A sociedade civil também procurou responsabilizar os Estados pelas suas decisões tomadas em resposta à pandemia, incluindo decisões importantes, mas muitas vezes opacas, sobre a aquisição e o uso de recursos.

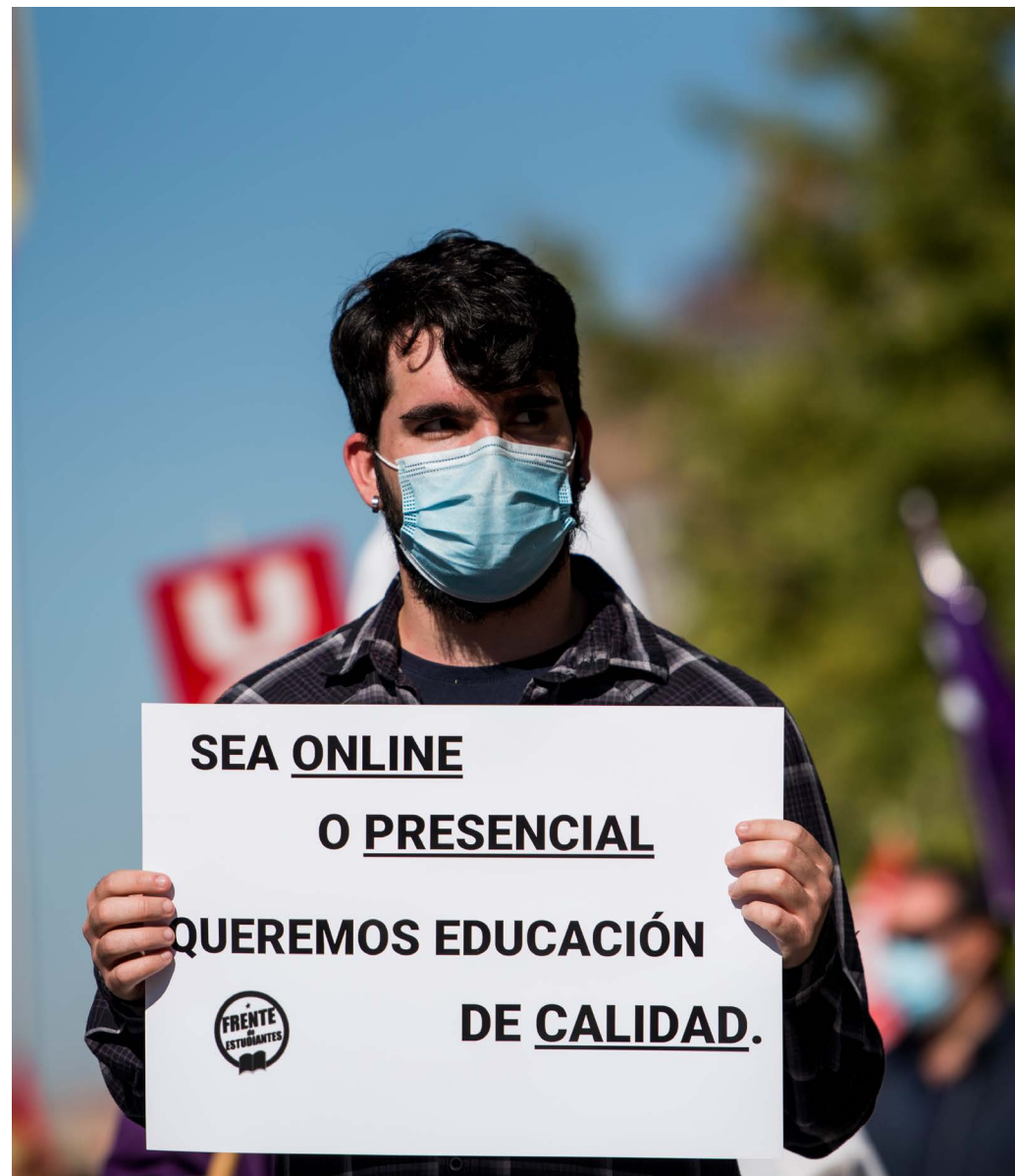
A sociedade civil respondeu, apesar de a pandemia ser também uma crise para a sociedade civil. As OSCs foram forçadas a adiar muitas atividades programadas, realizar conversas urgentes com os doadores e trabalhar para assegurar o **bem-estar** de seu pessoal, já que as abordagens convencionais de mobilização de recursos e organização da sociedade civil foram **desafiadas**. O espaço cívico tornou-se mais restrito em muitos contextos como resultado de medidas de emergência. Sempre que possível, a sociedade civil tentou estabelecer parcerias com os Estados, bem como com o setor privado; embora, em muitos casos, os Estados vissem as OSCs como concorrentes por visibilidade ou recursos, ou como obstáculos para sua resposta. Muitos Estados procuraram restringir a capacidade

de ação das OSCs, privilegiando ao mesmo tempo os aliados do setor privado.

Mas, repetidamente, diante destes desafios, a sociedade civil adotou uma mentalidade voltada para a ação, construindo uma resposta positiva caracterizada pela flexibilidade, criatividade e inovação. As OSCs redistribuíram pessoal e recursos financeiros para atender a necessidades urgentes. As OSCs que normalmente priorizam a defesa dos direitos rapidamente se reorientaram para fornecer suprimentos e serviços essenciais, incluindo alimentos, assistência médica e apoio financeiro para ajudar a sustentar as comunidades. As OSCs que normalmente trabalham junto às comunidades encontraram outras formas de servir as pessoas que não podiam mais ser fisicamente alcançadas. Em todos os lugares, as OSCs se tornaram fontes confiáveis de informação e inimigas da desinformação. Junto com a recolocação das OSCs existentes, se formaram rapidamente vários novos grupos de ajuda mútua à nível comunitário, aproveitando e possibilitando a resiliência local. Protestos por direitos foram realizados virtualmente ou com formatos alternativos que respeitaram o distanciamento físico e abraçaram meios criativos de expressar a dissidência.

A abrangência de respostas da sociedade civil demonstrou novamente os papéis essenciais e interligados que a sociedade civil desempenha: como uma parceira confiável, habilitadora e defensora das comunidades e grupos excluídos; como uma valiosa fonte de apoio, aconselhamento e informação; como retificadora essencial para as falhas do Estado e do mercado; como defensora resoluta de políticas mais adequadas que alcancem as comunidades, satisfaçam as necessidades das pessoas e defendam os direitos; e como uma fonte crucial de responsabilização sobre as decisões do Estado e do setor privado e proteção contra a corrupção. Nunca houve uma necessidade maior da sociedade civil, e o que ficou claro foi que, embora o distanciamento físico fosse necessário, ele não poderia se dar às custas da solidariedade social; a solidariedade foi mais do que nunca necessária para ajudar a todos a superar esta crise e seus impactos.

Nesta época deveria ter ficado muito claro que ninguém tem o monopólio da sabedoria, incluindo Estados e dirigentes políticos; se tornou importante reconhecer e respeitar as diversas fontes de conhecimento, criatividade e



Na Espanha, um estudante exige educação de qualidade durante a pandemia.
© Carlos Gil Andreu/Getty Images

inovação, incluindo as da sociedade civil, e a sabedoria local das comunidades. Decisões difíceis tiveram que ser tomadas diante da pandemia, mas sempre houve mais de uma resposta possível, e não havia razão para impor aquelas que ampliavam e concentravam o poder do Estado, puniam as pessoas e reprimiam os direitos. Nenhuma resposta foi perfeita, e as duras escolhas inevitavelmente geraram alguns impactos negativos. Porém, os Estados que melhor responderam à pandemia, limitando sua propagação e minimizando seus impactos, foram aqueles que reconheceram a necessidade de equilibrar as medidas de emergência com o respeito aos direitos, demonstraram empatia, foram guiados por conselhos de científicos, forneceram informações claras e precisas, respeitaram o espaço cívico e reconheceram a sociedade civil como parceira. Os Estados que fizeram pior foram aqueles em que os governantes

colocaram os interesses partidários em primeiro lugar, desprezaram os direitos, contestaram a ciência, espalharam a desinformação e trataram a sociedade civil como inimiga.

O que deve ficar claro é que, tanto ao responder à pandemia quanto em todas as respostas às futuras crises e emergências, os Estados devem reconhecer o valor da sociedade civil, trabalhar para capacitá-la e associar-se a ela em suas diversas formas e manifestações. Ao fazer isso, teremos respostas mais articuladas e eficazes que respeitam os direitos. Devemos aprender com as duras lições dos erros cometidos durante a pandemia da COVID-19 para equipar o mundo para a próxima série de desafios que virão, incluindo a ação sobre a crise climática.



Na Índia, a Gram Bharati Samiti (Sociedade para o Desenvolvimento Rural) se organiza para apoiar famílias migrantes durante a pandemia. © Ramchandra Saini

Para habilitar a ação da sociedade civil, em primeiro lugar é preciso compreendê-la. Em múltiplos contextos e através de uma diversidade de formas, observamos alguns tipos comuns de resposta. Seguem abaixo as principais áreas de resposta identificadas por esta pesquisa. Elas indicam a existência de um acervo de experiência, competências e capacidades que foram aplicadas e aperfeiçoadas na resposta à pandemia e que podem ser aproveitadas para responder às emergências futuras.

Embora os principais tipos de respostas sejam descritos abaixo, deve ficar claro que muitas das OSCs cujo trabalho é descrito ofereceram múltiplas formas de resposta simultaneamente. Elas foram eficazes precisamente porque combinaram respostas diferentes, tais como fornecer bens e serviços essenciais às comunidades, compartilhar informações e defender direitos; e ao conectar essas respostas, elas utilizaram uma variedade de táticas.

A combinação de estratégias de defesa de políticas públicas, ação judicial sobre conflitos coletivos e empoderamento da comunidade resultou em impactos maiores do que aqueles que teriam sido obtidos na ausência desta interconexão de estratégias.

Sebastián Pilo, Associação Civil para a Igualdade e Justiça, Argentina¹

Os Estados, doadores e formuladores de políticas devem, portanto, habilitar não apenas os diferentes tipos de respostas da sociedade civil apresentados abaixo, mas também as conexões entre estas respostas e a capacidade da sociedade civil de trabalhar em múltiplas frentes simultaneamente. Durante as emergências, como em outros tempos, a incidência e o escrutínio, por exemplo, devem ser reconhecidos como papéis legítimos da sociedade civil, e a sociedade civil não deve se limitar apenas às funções de prestação de serviços, por mais importantes que estas sejam.

O ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES ESSENCIAIS

A pandemia e as medidas de emergência impostas em muitas sociedades deram lugar a uma carência crescente, especialmente afetando os grupos excluídos e pessoas que ficaram sem sua renda regular, enquanto muitos serviços se tornaram indisponíveis, uma vez que instituições como escolas, creches, abrigos e cozinhas comunitárias fecharam as portas. Os esquemas de apoio de emergência lançados pelos Estados eram frequentemente inadequados, dada a escala da necessidade, ou não conseguiam alcançar os principais grupos vulneráveis e excluídos, enquanto as redes de segurança social existentes não conseguiam atender o súbito aumento na demanda, pois muitas pessoas se viam incapazes de pagar por bens essenciais.

A sociedade civil assumiu a tarefa de atender a essa necessidade, fornecendo alimentos, equipamentos de proteção individual (EPI) e artigos sanitários essenciais, oferecendo ajuda financeira e preenchendo lacunas na prestação de assistência médica e apoio psicológico. Enquanto a sociedade civil cooperou com os Estados sempre que possível, ela não esperou que eles agissem e, portanto, muitas vezes se mobilizou mais rapidamente do que os Estados. A sociedade civil assumiu a responsabilidade, mostrou liderança e apresentou respostas modeladas que podiam ser ampliadas. Uma e outra vez, isto foi além do simples ato de caridade que coloca as pessoas no papel de beneficiárias passivas e se tratou de alcançar comunidades em dificuldades, ouvindo suas preocupações e trabalhando para atender essas necessidades, de forma a manter a dignidade e os direitos das pessoas e reconhecer os desafios e histórias de exclusão a longo prazo que a pandemia expôs.

Muitas vezes a sociedade civil atendeu as necessidades mais urgentes, tais como de bens e serviços básicos para sustentar a vida, incluindo alimentação e saúde. Na **Malásia**, uma série de instâncias da sociedade civil - incluindo a coalizão Bersih pró-democracia, o Congresso Sindical Malaio e uma série de grupos comunitários de migrantes e refugiados - mobilizaram-se para fornecer

¹Todas as entrevistas citadas neste relatório são extratos editados. As versões completas das entrevistas podem ser encontradas em nosso site: <https://www.civicus.org/index.php/media-center/news/interviews>.

alimentos aos trabalhadores migrantes, muitos dos quais perderam sua única fonte de renda e ficaram de fora dos esquemas de apoio estatal, particularmente quando lhes faltava documentação. Ao fazer isso, a sociedade civil respondeu às necessidades identificadas e comunicadas pelos trabalhadores migrantes. Além dessas respostas imediatas, a sociedade civil trabalhou para desenvolver planos de apoio a longo prazo.

Houve muitas outras histórias semelhantes de resposta da sociedade civil. Em toda a **Ásia**, o Pacto dos Povos Indígenas Asiáticos e seus membros forneceram alimentos às comunidades indígenas necessitadas, inclusive na Índia, onde o racismo contra os povos indígenas se intensificou durante a pandemia, levando algumas pessoas a serem expulsas de suas casas e barradas do transporte público e das mercearias. A resposta na Índia também testemunhou a mobilização de **centenas** de OSCs, incluindo **Goonj**, **Gram Bharati Samiti** e **Mahatma Gandhi Seva Ashram**, para citar apenas algumas, para ajudar migrantes, trabalhadores informais e moradores de favelas, fornecendo alimentos, máscaras, desinfetante e produtos de higiene íntima. Jovens pela Unidade e Ação Voluntária (**Youth for Unity and Voluntary Action**) forneceram alimentos aos trabalhadores de saúde, bem como apoio aos desabrigados e moradores de favelas da Índia. Em **Mianmar**, a Fundação Soi Dog estava entre os que distribuíam alimentos, alcançando 172 famílias de trabalhadores

migrantes cujo trabalho na construção civil e nas indústrias de lazer foi paralisado.

A população sem teto do **Japão**, que enfrenta um estigma social considerável e é geralmente invisível para os formuladores de políticas públicas, enfrentou o fechamento das cozinhas comunitárias e dos cibercafés das quais depende normalmente. Em resposta, o Centro de Apoio à Vida Independente Moyai trabalhou com um grupo da sociedade civil para montar uma nova cozinha comunitária, fornecendo mais de 600 pacotes de alimentos apenas em abril.

Caminhando Fronteiras (**Caminando Fronteras**), uma OSC que apoia migrantes no Marrocos e na Espanha, trabalhou com parceiros nas principais cidades dos dois lados do Mediterrâneo para fornecer suprimentos essenciais e kits de saúde. Outra OSC, Solidariedade com Mulheres em Aflição, trabalhou no **Marrocos** para distribuir cestas básicas a mães solteiras que vivem em distritos isolados das cidades de Casablanca e Marrakesh. Nas favelas da Cidade do Cabo, África do Sul, **Ikamva Labantu** se mobilizou para fornecer alimentos e kits de higiene a mais de 1.000 pessoas idosas. Na República Democrática do Congo (RDC), o **BIFERD** (Bureau d'Informations, Formations, Échanges et Recherches pour le Développement), uma OSC nacional, trabalhou com parceiros para distribuir alimentos e máscaras.

Intensificamos nosso trabalho para apoiar migrantes, moradores de favelas e trabalhadores remunerados por diária. Funcionários, membros e voluntários cozinham alimentos, costuravam máscaras laváveis, produziam guardanapos higiênicos e desinfetantes. Fornecemos pacotes de alimentos e kits de cereais para mais de 30.000 pessoas, máscaras laváveis de baixo custo e desinfetantes para 2.000 pessoas e guardanapos higiênicos para milhares de mulheres e meninas. Fornecemos apoio de viagem a 60 famílias migrantes que tentavam retornar a suas aldeias de origem.

Bhawani Kusum, Gram Bharati Samiti, Índia

Menos de 50% das pessoas na RDC têm acesso a água limpa e infraestrutura de saneamento adequada. Realizamos uma avaliação na cidade de Goma para entender os conhecimentos, atitudes e práticas das pessoas em relação à COVID-19. Com base nas diretrizes divulgadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde, treinamos 50 voluntários e educamos mais de 10.000 pessoas. Nosso grupo de jovens fez máscaras que foram distribuídas às crianças e aos jovens. Também coletamos e distribuímos alimentos e produtos de higiene.

Funcionário, BIFERD, DRC

Nos Camarões, onde o Estado tornou obrigatório o uso de máscaras, mas não garantiu seu fornecimento gratuito, Ativistas pela Proteção Ambiental e Vigilância do Ozônio (**Crusaders for Environmental Protection and Ozone Watch**), uma OSC que se dedica a campanhas sobre questões ambientais, se reorientou para distribuir máscaras, produzir desinfetantes e instalar baldes para lavagem das mãos. No mesmo país, o Centro para Direitos Humanos e Democracia na África (**Center for Human Rights and Democracy in Africa**), uma OSC que normalmente dedica seu tempo à defesa dos direitos humanos e à promoção da governança democrática, fez a mesma coisa, enquanto O Cantinho da Juventude Local (**Local Youth Corner**) reuniu jovens cientistas para fabricar e distribuir gratuitamente desinfetantes para comunidades sem acesso a água potável.

Na **Itália**, milhares de mulheres nigerianas que haviam sido traficadas para o trabalho sexual foram simplesmente abandonadas durante o confinamento pelas gangues que as exploravam. Devido ao seu status de ilegal, elas não puderam se aproximar do Estado para pedir ajuda. Grupos da sociedade civil entraram em cena, fazendo entregas regulares de alimentos. Na cidade de Nápoles, um grupo cooperativo, Dedalus, criou uma campanha de financiamento coletivo para fornecer pacotes de alimentos e outras ajudas. Além disso, a sociedade civil trabalhou para apoiar o número crescente de mulheres que procuravam se libertar de seus traficantes e forneceu assistência psicológica, uma área que foi negligenciada nas intervenções estatais em muitos países, mesmo que a pandemia tenha tido um grande impacto na saúde mental.

Entre aqueles que enfrentavam maiores desafios de saúde mental estavam muitos jovens **LGBTQI+** forçados a entrar em confinamento nas casas dos seus familiares e a voltar efetivamente para o armário devido às medidas de emergência, em muitos casos tendo que esconder suas identidades e cortar o contato com suas redes de apoio habituais. Nas Filipinas, a Vozes Jovens Contam (**Youth Voices Count**) ajudou a responder a esta situação através da distribuição de kits de cuidados LGBTQI+, inclusive para pessoas vivendo com HIV/SIDA. A organização Humanidade e Inclusão proporcionou apoio psicológico pessoal aos refugiados **Rohingya** de Mianmar que vivem em Bangladesh, assim



Membros da OSC Cruzados para a Proteção Ambiental e Cuidado com a Camada de Ozônio instalam uma estação de água em uma comunidade nos Camarões.
© Fontoh Desmond

como sessões de sensibilização sobre higiene e encaminhamentos médicos. No **Líbano**, o Encontro Democrata de Mulheres Libanesas forneceu apoio psicológico como parte de seu acervo de respostas para ajudar mulheres e meninas que sofreram violência durante a pandemia.

As organizações civis e de direitos das mulheres estão desempenhando papéis importantes principalmente através do fornecimento de apoio psicossocial e legal às mulheres e meninas sobreviventes da violência de gênero, conscientizando sobre os impactos da crise atual com o enfoque de gênero, principalmente através da mídia social e online, apelando por melhores medidas e compromisso do governo e das autoridades para proteger os direitos das mulheres, apoiando no fornecimento de assistência alimentar e financeira às famílias e mulheres necessitadas.

Hayat Mirshad, Encontro Democrata de Mulheres Libanesas

A sociedade civil também respondeu prestando serviços essenciais de saúde. As comunidades indígenas do **Brasil** foram particularmente atingidas pela COVID-19 e pelas medidas de emergência, e o apoio do Estado foi inadequado. Em resposta, na região amazônica, a OSC brasileira Expedicionários da Saúde criou hospitais temporários para que as pessoas pudessem ser tratadas perto de casa em vez de viajar grandes distâncias até os hospitais da cidade, enquanto os povos indígenas trabalharam com autoridades locais para comprar e distribuir pacotes de alimentos quando a ajuda estatal não chegou. Nos EUA, a Alívio Direto (**Direct Relief**) também complementou a provisão oficial de saúde, fornecendo equipamentos e tendas para que a triagem dos pacientes pudesse ser feita fora dos hospitais para ajudar a evitar o contágio. No **Chile**, o Movimento Saúde em Resistência, fundado durante os **extensos protestos** de 2019 e um crítico persistente do sistema de saúde do país, centrou-se na realização de sessões de formação em saúde e na sanitização de espaços públicos, além de educar o público sobre a COVID-19, constatando

que o Estado não estava realizando este trabalho adequadamente. Da mesma forma, na **Argélia**, o movimento de protesto Hirak, que em **2019** expulsou o presidente de longa data Abdelaziz Bouteflika e continuava a exigir maiores mudanças políticas quando a pandemia eclodiu, reorganizou-se para fornecer alimentos, e EPIs aos hospitais, fazendo parcerias com as autoridades locais sempre que possível.

Os grupos da diáspora muitas vezes desempenharam um papel fundamental na mobilização de ajuda básica: um grupo da diáspora dominicana sediado nos EUA, Somos Todos Dominicanos, forneceu apoio que permitiu que 250 famílias na **República Dominicana** recebessem alimentos essenciais e outros suprimentos durante três meses. No contexto de conflito do **Iêmen**, a Fundação Food4Humanity, uma das primeiras OSC do Iêmen liderada por mulheres, canalizou fundos da diáspora iemenita para apoiar a formação de cerca de 200 jovens trabalhadores médicos, contornando a corrupção frequentemente associada ao apoio através de canais oficiais. As **remessas** dos trabalhadores migrantes para sustentar suas famílias foram outra fonte essencial de apoio em muitas comunidades do Sul Global.

As instituições religiosas também puderam desempenhar um papel importante. Nos Estados Unidos, os Sikhs Unidos (**United Sikhs**) aproveitaram práticas de sua fé reestruturando as grandes cozinhas comunitárias dos templos Sikh para fornecer refeições básicas aos mais necessitados, incluindo pessoas idosas confinadas em casa e aquelas sem condições de pagar por alimentos, e permitindo que as pessoas solicitassem ajuda através de uma linha de atendimento telefônico e de um site na Internet. Os templos Sikh também passaram a **fornecer** comida e água para as pessoas que participavam de protestos ligados com o movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam), por meio de conexões com igrejas.

Para continuar alcançando fisicamente as comunidades, as OSCs desenvolveram e adotaram novos protocolos de proteção, investindo em EPIs e implementando medidas de distanciamento para minimizar os riscos para as pessoas a quem servem. No **México**, por exemplo, as casas de abrigo para mulheres vítimas

de violência doméstica continuaram a proporcionar cuidados presenciais após a implementação de medidas de segurança reforçadas. Na **Jamaica**, 11 OSCs realizaram uma formação com a Organização Pan-Americana da Saúde para que pudessem ter certeza de que não propagariam o vírus entre as comunidades com as quais trabalham.



O Centro de Apoio Moyai no Japão busca alternativas para os desabrigados após o fechamento de cibercafés e outros locais de encontro durante a pandemia.

© Carl Court/Getty Images

COMPARTILHANDO INFORMAÇÕES

Além de fornecer comida na cozinha comunitária que estabeleceu, o Centro de Apoio à Vida Independente Moyai, no Japão, percebeu que suas instalações passaram a servir como um centro indispensável para o compartilhamento de informações sobre a COVID-19 e sobre formas de reduzir o risco de infecção. Este foi um papel primordial, já que muitos sem-teto não puderam ter acesso a estas informações por meios convencionais.

A situação atual revela que as cozinhas comunitárias e outras atividades voluntárias desempenharam um papel chave como centro de informação para os sem-teto. As pessoas nessa situação têm acesso escasso a informações importantes sobre a COVID-19 e políticas e serviços relacionados. Algumas delas obtêm informações através do rádio e dos jornais, mas esses meios de comunicação não estão disponíveis para todos os sem-teto. Portanto, para muitos deles, as atividades voluntárias são praticamente a única fonte de informações precisas.

Tsubasa Yuki, Centro de Apoio à Vida Independente Moyai, Japão

Este papel da sociedade civil, de atuar como um centro de divulgação de informações, foi comum em países de todo o mundo. Ao atender a esta necessidade, a sociedade civil identificou e respondeu a alguns grandes problemas: muitas pessoas acharam difícil ter acesso a informações precisas em idiomas e formatos que pudessem compreender; alguns grupos, por estarem excluídos do acesso aos direitos e ao poder, não foram alcançados adequadamente pelas informações estatais; e a circulação de informações erradas foi uma pandemia em si. A desinformação, tanto intencional como não intencionalmente produzida e compartilhada, frequentemente encorajava comportamentos inseguros ou o ataque a grupos excluídos.

Ao trabalhar para difundir informações precisas e combater a desinformação, a sociedade civil muitas vezes foi confrontada com tentativas dos Estados para controlar narrativas e fluxos de informação. Muitos líderes políticos procuraram se posicionar de forma positiva como líderes de respostas efetivas, e muitos Estados trabalharam para censurar ou desacreditar outras fontes de informação, mesmo quando elas eram confiáveis. Enquanto os jornalistas procuravam fazer reportagens de forma independente e as pessoas criticavam as respostas dos Estados aos surtos, a repressão à liberdade de expressão surgiu como resposta de numerosos países, inclusive no **Camboja**, **Cuba** e **Níger**, entre muitos outros em todo o mundo. Leis e punições por divulgar alegadas “notícias falsas”, recentemente introduzidas em países como a **Bulgária**, **Egito** e **Quirguistão**, foram as ferramentas utilizadas em muitos Estados. Os Estados também se mobilizaram frequentemente para impedir que a mídia crítica e independente participasse ou fizesse perguntas em conferências de imprensa, inclusive na **Albânia**, **El Salvador** e **Sérvia**. Ao mesmo tempo, a mídia independente, em muitos contextos, lutou para sustentar um serviço à medida que a renda entrou em colapso durante a repentina crise econômica.

Diante destes desafios, a sociedade civil fez tudo o que podia para transmitir a mensagem, produzindo e compartilhando informações para ajudar as pessoas a entender como poderiam evitar a infecção e procurar tratamento caso apresentassem sintomas. Também apresentou os esquemas de apoio disponíveis e os direitos sociais, políticos e econômicos das pessoas, e as formas de defendê-los sob medidas de emergência. As OSCs trabalharam para fornecer informações claras e precisas em diversos idiomas e formatos, incluindo muitos idiomas não utilizados pelas fontes oficiais, adaptando as informações para atender às necessidades e capacidades dos grupos excluídos, e muitas vezes recorrendo à habilidade de **contar histórias** ao fazê-lo.

No **Reino Unido**, os Médicos do Mundo traduziram as diretrizes para a COVID-19, inclusive em formatos de áudio e vídeo, para mais de 60 idiomas, para compensar a gama limitada de idiomas nos quais o Estado forneceu diretrizes atualizadas; em julho, as diretrizes traduzidas haviam sido baixadas mais de 60.000 vezes. Na Malásia, a Iniciativa Norte-Sul transformou informações de fontes confiáveis em infográficos produzidos em diversos idiomas para

trabalhadores migrantes e refugiados. Da mesma forma, o Consórcio de Organizações Etíopes de Direitos Humanos (**Consortium of Ethiopian Human Rights Organizations**) liderou a tradução e distribuição de informações-chave sobre o vírus.

A pandemia da COVID-19 e o estado de emergência nos apanharam a todos de surpresa, pois não estávamos preparados. Porém, reagimos rapidamente e produzimos materiais informativos em nove idiomas locais, os quais distribuímos a todas as regiões da Etiópia. Também mobilizamos recursos para incidência utilizando a rádio e TV e procuramos parceiros para obter apoio adicional.

Mesud Gebeyehu Reta, Consórcio de Organizações Etíopes de Direitos Humanos



Ativistas ambientais sul-coreanos participam de uma campanha de prevenção COVID-19 em Seul em 30 de março de 2020. © Chung Sung-Jun/Getty Images

Os Ativistas pela Proteção Ambiental e Vigilância do Ozônio dos Camarões distribuíram folhetos e utilizaram anúncios de rádio e mídias sociais para compartilhar informações, especialmente visando as pessoas afetadas por conflitos na **região anglófona** do país. Também nos Camarões, ao lado do trabalho de distribuição de máscaras para os presos nas cadeias, o **Cantinho da Juventude Local** realizou reuniões com presidiários para aumentar sua conscientização sobre o vírus e combater a desinformação. O BIFERD educou mais de 10.000 pessoas sobre a COVID-19 na RDC, enquanto na Libéria, a Aliança Juvenil para o Desenvolvimento Rural na Libéria (**Youth Alliance for Rural Development in Liberia**) promoveu a conscientização através de oficinas comunitárias.

Redirecionamos os nossos esforços para evitar a propagação da COVID-19 e promovemos a conscientização das comunidades atingidas pela crise secessionista, a maioria das quais acreditava que o vírus era um mito. Combinamos a mídia tradicional, como o rádio, com a mídia social, campanhas porta a porta e distribuição de folhetos. Destacamos a necessidade de respeitar as diretrizes da OMS e do governo.

Fontoh Desmond Abinwi, Ativistas pela Proteção Ambiental e Vigilância do Ozônio, Camarões

Nossa organização esteve entre as primeiras OSCs da Libéria a criar uma conscientização entre as comunidades locais sobre a COVID-19 e sua prevenção. Utilizamos papel, marcadores, microfones e outros materiais que tínhamos para informar as pessoas. Os doadores vieram mais tarde e descobriram que os moradores locais já tinham algum conhecimento sobre a COVID-19.

Foeday Zinnah, Aliança Juvenil para o Desenvolvimento Rural na Libéria

O Centro pela Preocupação Social e Desenvolvimento (**Centre for Social Concern and Development**) do Malauí não conseguiu realizar reuniões presenciais com as meninas que procura proteger da violência de gênero e do casamento infantil, nem distribuir preservativos e contraceptivos como de costume. O Centro passou a usar uma combinação de meios online e offline para compartilhar mensagens com meninas e mulheres jovens sobre estratégias para se protegerem da violência de gênero e formas de denunciar a violência. Trabalhando em vários idiomas, incluindo linguagem de sinais, o Centro pela Preocupação Social e Desenvolvimento utilizou as mídias sociais, o WhatsApp, um podcast e aparições em rádios comunitárias e TV. Além disso, distribuiu folhetos e panfletos em locais-chave, como lojas, e usou um veículo com



Na RDC, o BIFERD treina educadores para conscientizar a população sobre a COVID-19 e disseminar medidas de prevenção. © BIFERD

alto-falante para percorrer vilarejos a uma distância segura. O Centro também insistiu na inclusão de informações sobre a prevenção da violência de gênero nos materiais sobre a prevenção da COVID-19 preparados por prestadores de serviços de saúde.

Identificamos ferramentas de baixo custo para manter as meninas engajadas e continuamos a fortalecê-las durante a pandemia. Fizemos isso tanto usando novas tecnologias quando disponíveis e acessíveis, como buscando outras formas de chegar a meninas em comunidades sem acesso às mídias sociais.

Ephraim Chimwaza, Centro pela Preocupação Social e Desenvolvimento, Malauí

Na **Turquia**, Mor Çati, uma OSC que trabalha para acabar com a violência contra as mulheres, percebeu que o Estado estava falhando em seu dever de comunicar o fato de que as mulheres vítimas de violência doméstica ainda podiam ir à polícia e que os abrigos ainda estavam abertos sob a emergência; a polícia estava dando informações falsas às mulheres. Portanto, Mor Çati usou as mídias sociais para preencher a lacuna deixada pelo Estado e comunicar esta mensagem importante.

As mídias sociais se tornaram uma grande ferramenta para nós. Costumávamos fazer muito uso dela antes, mas durante a pandemia a utilizávamos mais. A utilizávamos para fornecer informações às mulheres, especialmente para informá-las sobre seus direitos.

O governo era responsável por comunicar às mulheres que uma das isenções considerava a violência contra as mulheres: em caso de violência, elas ainda podiam ir a uma delegacia de polícia. Mas não fizeram tal anúncio, por isso, tivemos que fornecer esta informação.

Elif Ege, Mor Çati, Turquia

A sociedade civil também forneceu informações sobre estratégias de proteção para mulheres em risco de violência no **México**, através de vários idiomas, incluindo idiomas indígenas e linguagem de sinais. Controle o seu Governo (**Controla tu Gobierno**) foi uma OSC mexicana que abraçou a esfera digital: prestou um serviço personalizado para ajudar as pessoas a superar a falta de conhecimento ou preocupações com as atividades online, inclusive trabalhando com crianças que muitas vezes são os membros mais experientes em tecnologia dentro das famílias, fornecendo equipamentos quando necessário, e organizando chamadas de vídeo para permitir que as comunidades em isolamento possam se conectar com os formuladores de políticas para informá-los de suas necessidades domésticas, digitais e de segurança.



A arte de rua é usada para educar as pessoas sobre a COVID-19 no assentamento informal de Mathare em Nairóbi, Quênia. © Alissa Everett/Getty Images

A ARTE CONTRA O VÍRUS: FORMAS CRIATIVAS DE COMPARTILHAR A MENSAGEM

Em tempos difíceis, figuras culturais e criativas podem fazer uma grande diferença. Os artistas conseguem se conectar com as pessoas, ganhar sua confiança, compartilhar informações de forma que ressoem com elas e mobilizá-las. Em muitos países, os artistas desempenharam um papel fundamental na divulgação de informações e no incentivo de comportamentos mais seguros. Na África do Sul, o **Coro Jovem Ndlovu** trabalhou para dissipar mitos e mal-entendidos sobre a COVID-19 e compartilhar diretrizes básicas de saúde através de sua música. No Reino Unido, os artistas de **grime e de drill**, geralmente estigmatizados pelas autoridades como associados ao crime, usaram sua plataforma para exortar seus ouvintes predominantemente negros, sob maior risco de infecção e assédio policial e mal servidos por campanhas de informação oficiais, a seguir medidas de segurança.

Músicos na Somália lançaram inúmeras canções promovendo o distanciamento social, o uso de máscaras e a lavagem das mãos. A jovem pintora somali **Nujuum Hashi Ahmed**, que contraiu a COVID-19, também observou que muitas pessoas não estavam cumprindo as medidas preventivas e não tinham informações sobre a doença, sendo os altos níveis de analfabetismo um desafio. Assim, ela começou a usar seus quadros para difundir a conscientização e compartilhar mensagens sobre comportamentos mais seguros. Em Acra, capital de Gana, o **Ghana Graffiti Collective** estabeleceu uma parceria com a Assembleia Metropolitana de Acra, a União Europeia (UE) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM) para

usar a arte de rua para criar consciência sobre a COVID-19 e promover a solidariedade com os migrantes. Os **grafiteiros** na capital do Zimbábue, Harare, também usaram sua arte para encorajar as pessoas a usar máscaras e permanecerem seguras. **Baadal Nanjundaswam**, um artista em Bangalore, Índia, desenhou imagens do vírus, máscaras, distanciamento social e higienização das mãos junto com personagens de filmes nas paredes e estradas de sua cidade.

Os artistas visuais usaram seus talentos para apoiar a resposta a emergências. No Uruguai, **mais de 60 artistas** doaram obras para venda online a fim de levantar fundos para o Sistema Nacional de Emergência, e especificamente para comprar suprimentos médicos. O premiado diretor de publicidade indiano **Prasoon Pandey** mobilizou celebridades de toda a Índia que filmaram em casa para uma campanha encorajando as pessoas a permanecerem seguras e apoiando a arrecadação de fundos para ajudar os assalariados diários que perderam seus rendimentos devido a medidas de confinamento. O cineasta cult ugandense **Isaac Nabwana** usou sua câmera para uma nova causa, passando da realização de filmes de ação para a filmagem de vídeos visando promover uma campanha de financiamento coletivo, o que tem apoiado o desenvolvimento de pequenas empresas em uma comunidade rural duramente atingida pelas repercussões econômicas do confinamento. Todas essas iniciativas demonstram o poder das vozes criativas de artistas para se conectar com o público para o bem.



O artista de rua No More Lies trabalha em um grande mural em homenagem aos profissionais de saúde em Istambul, Turquia, em 30 de julho de 2020. © Chris McGrath/Getty Images

O espaço online foi fundamental na **Argentina**, onde a sociedade civil criou uma plataforma web que georreferenciou os recursos locais para os habitantes de favelas e bairros informais e lhes permitiu identificar suas necessidades, apoiada por um assistente virtual para responder às perguntas das pessoas desses bairros, e a comunicação através de grupos no WhatsApp e Facebook. A sociedade civil na Argentina também divulgou informações jurídicas sobre o escopo e os impactos das regulamentações de emergência.

Para combater a desinformação, as OSCs apelaram para a transparência governamental e o jornalismo responsável, e procuraram expor as fontes e mecanismos da desinformação deliberada. Na **Argentina**, 27 veículos de mídia de todo o país iniciaram a Rede Federal Contra a Desinformação, um projeto jornalístico colaborativo para produzir e disseminar conteúdo verificado relacionado à COVID-19, expor a desinformação e treinar jornalistas no uso de ferramentas para verificar informações. Em nível regional, a rede de verificação de fatos LatamChequea lançou um projeto para COVID-19 que reuniu cerca de 40 veículos de mídia latino-americanos, juntamente com alguns de Portugal e Espanha. O projeto desenvolveu um **website** constantemente atualizado com novas descobertas de desinformações para ajudar os jornalistas a fornecer uma cobertura precisa da pandemia.

Na **República Tcheca**, onde a circulação da desinformação pró-russa é um problema crescente que se intensificou durante a pandemia, profissionais de relações públicas criaram uma organização chamada Nelez (“Não minta”) que trabalhou com grandes empresas para evitar que seus anúncios online aparecessem em sites que estavam espalhando desinformação sobre a COVID-19 e teorias da conspiração; ao fazer isso, eles procuraram acabar com o financiamento de sites de desinformação. Na **Macedônia do Norte**, a Associação de Jornalistas da Macedônia tomou a iniciativa, desenvolvendo diretrizes para a divulgação segura e responsável de informações relacionadas à pandemia.

A plataforma da sociedade civil **georgiana**, No Phobia, denunciou ativamente o discurso de ódio que culpou a população de etnia azeri do país pela propagação do vírus. A desinformação e o discurso de ódio, que acrescentou mais combustível à violência religiosa e comunitária em curso durante a



Um lutador mexicano ajuda a promover o uso de máscaras na Cidade do México em 10 de setembro de 2020. © Héctor Alfaro/Agencia Press South via Getty Images

pandemia, também foi um problema em **Bangladesh**. Em resposta, cerca de 150 estudantes da Rede de Estudantes Contra a Violência em Todos os Lugares (Students Against Violence Everywhere Network) participaram de uma série de webinários de capacitação para ajudá-los a desenvolver as habilidades para desafiar estes discursos. Em nível internacional, a **IREX** fez uma parceria com a Great Courses, um dos principais provedores de cursos online, para lançar um novo curso de alfabetização midiática digital como uma ferramenta chave na compreensão da desinformação no contexto da pandemia.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À DISTÂNCIA

Como vários exemplos acima sugerem, a esfera digital foi utilizada para muito mais do que compartilhar informações e combater a desinformação. As plataformas online se tornaram um meio mais importante de prestação de serviços. Muitas OSCs que normalmente trabalham com comunidades enfrentaram novos desafios, pois não podiam mais trabalhar de forma normal sem colocar em risco os membros da comunidade e seu pessoal. Enquanto as OSCs se esforçavam para introduzir e observar novos protocolos de proteção, os suprimentos de EPI que poderiam ter ajudado a mitigar os riscos eram muitas vezes escassos ou inadequados. Além disso, novas restrições à movimentação muitas vezes impossibilitavam a mobilidade para se conectar pessoalmente com as comunidades. Em resposta, muitas OSCs rapidamente passaram a expandir sua oferta de suporte online e telefônico, fazendo remotamente o que não podiam mais fazer pessoalmente. Estas ações evidenciaram o crescente uso do espaço virtual pela sociedade civil para atender às necessidades e prestar serviços diretamente.

Para algumas OSCs, a pandemia denotou a necessidade de aprender rapidamente, adotar e implantar novas formas de organização e mobilização online, especialmente porque muitos funcionários de OSCs passaram a trabalhar fora de casa por períodos prolongados. Isto poderia significar mais do que apenas a adoção de plataformas para reuniões online e webinários. À medida que o trabalho era transferido para espaços virtuais, novos canais eram abertos para que as OSC se envolvessem e ouvissem, o que tinha o potencial de desafiar as formas convencionais de trabalho e pensamento.

Em alguns casos, a pandemia acelerou a experiência de organizar virtualmente - através do Zoom ou outras plataformas. E essa tecnologia, em alguns casos, tem levado os organizadores sindicais a mudar seu ponto de vista, de explicar os benefícios da filiação a ouvir o que os potenciais membros querem. Mais uma vez, isto acelerou uma tendência, passando de oferecer às pessoas um modelo que resolva seus problemas a deixar que os trabalhadores definam o que funciona para eles. Como disse um líder sindical australiano, “finalmente começamos a entrar em contato com nossos membros da maneira que eles gostariam de ser contatados”.

Owen Tudor, Confederação Sindical Internacional

Para atender à crescente demanda, a Rede Nacional de Abrigos do **México** ampliou o número de funcionários de sua linha de ajuda 24 horas e forneceu assistência aprimorada através de mídias sociais, inclusive através de um novo serviço no WhatsApp. Na **Argentina**, ativistas pelos direitos reprodutivos das mulheres mobilizaram mais de 500 pessoas da rede para fornecer um serviço de aconselhamento e apoio 24 horas por dia. Na Nigéria, o Martelo dos Cidadãos (**Citizens' Gavel**), uma organização que promove a tecnologia cívica e apoia o acesso à justiça, também aumentou sua oferta de apoio jurídico remoto às mulheres que sofrem com a violência de gênero. O Centro pela Preocupação Social e Desenvolvimento de **Malauí** lançou um serviço móvel que permite que as meninas em risco permaneçam em contato com eles.

O **Encontro Democrata de Mulheres Libanesas** desenvolveu uma sessão de treinamento interativo online sobre os direitos das mulheres e meninas, enquanto outra OSC libanesa, o Centro de Recursos para a Igualdade de Gênero (**ABAAD**), utilizou meios online e offline para incentivar as mulheres em risco de abuso doméstico a utilizarem sua linha de ajuda.

A maioria das vítimas de violência doméstica não estava ciente de que poderia procurar ajuda durante o confinamento. No dia 16 de abril, lançamos nossa campanha #LockdownNotLockup, pedindo às pessoas que compartilhassem nossa linha direta de suas janelas e varandas. Também lançamos 'vídeos de camuflagem' com influenciadores e celebridades, incorporando secretamente um número em tutoriais e com legendas, para que mais mulheres pudessem assistir com segurança enquanto confinadas com seus agressores. O número de chamadas que recebemos em abril subiu 280 % em comparação com março.

Ghida Anani, ABAAD, Líbano

Uma organização que forneceu treinamento online sobre um assunto diferente foi a Crianças Que Cultivam (**Kids Who Farm**), uma OSC nas Filipinas que tem como objetivo educar os jovens sobre questões alimentares. A conscientização sobre questões de abastecimento e escassez de alimentos aumentou durante o estado de emergência, particularmente quando a corrida às compras, desencadeada por pânico, deixou as lojas vazias. Assim, para capitalizar os níveis elevados de conscientização, Kids Who Farm lançou uma aula de agricultura urbana online.

Durante a pandemia, proporcionamos uma experiência de aprendizado modificada através de uma plataforma online e nos concentramos nas bases da agricultura urbana para que eles pudessem cultivar seus próprios alimentos, mesmo sob confinamento. Colaboramos com organizações juvenis baseadas em escolas e atores do governo e do setor privado com os mesmos interesses e, durante o período de um mês, treinamos 120 pessoas.

Moncini Hinay , Crianças Que Cultivam, Filipinas



No Líbano, as pessoas compartilham o número da linha direta da ABAAD em suas varandas para encorajar as mulheres vítimas de violência doméstica a procurar ajuda. © Diaa Molaeb/ABAAAD



Nas Filipinas, a Crianças Que Cultivam oferece um curso online para treinar jovens em agricultura urbana durante a pandemia. © Moncini Hinay

A sociedade civil na Argentina utilizou o espaço virtual para ajudar as pessoas com deficiência, sobre os quais as medidas de emergência tiveram um impacto maior, a reivindicarem seus direitos criando uma nova **plataforma** que consolidou informações sobre todos os direitos, serviços e benefícios disponíveis, e forneceu orientação sobre como acessá-los. Desenvolvida através de um processo de participação e testagem realizada em pessoas com deficiência e suas famílias, a plataforma ofereceu 120 modelos de documentos que poderiam ser usados para entrar em contato com as autoridades competentes e exigir seus direitos.

A Associação de Ensino Doméstico de Trinidad e Tobago (**Homeschool Association of Trinidad and Tobago**) disponibilizou recursos no Facebook sobre como fornecer o ensino domiciliar, ajudando a apoiar a continuidade da educação. No **México**, as mídias sociais tornaram-se um espaço para as organizações feministas trocarem e compartilhar serviços umas com as outras, oferecendo um mercado social que criou oportunidades de acesso aos serviços profissionais, incluindo os de médicas, psicólogas e advogadas.

Ao mesmo tempo, essas ações tiveram que enfrentar desafios de longo prazo que continuaram e em alguns casos pioraram durante a pandemia, incluindo infraestrutura e equipamentos digitais inadequados, exclusão de alguns grupos na esfera digital e censura estatal e restrição da Internet. A implicação é que o uso crescente do espaço virtual pela sociedade civil para atender às necessidades e prestar serviços, que se acelerou durante a pandemia, também deve ser acompanhado por uma agenda de incidência que se concentre na defesa e expansão dos direitos de acesso à Internet e das liberdades na Internet.

LIGANDO OS PONTOS: UMA RESPOSTA INTEGRADA CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO MÉXICO

A Rede Nacional de Abrigos, uma OSC mexicana que reúne 69 centros dedicados à prevenção, cuidado e proteção de vítimas de violência de gênero e violência familiar, mostrou o valor de abordagens que combinam uma gama de métodos e táticas de resposta. Sua diretora, **Wendy Figueroa**, explica como as atividades existentes e aprimoradas e novas intervenções trabalharam em conjunto para oferecer assistência durante a pandemia:

Em primeiro lugar, a Rede tem uma linha telefônica de ajuda que funciona 24 horas por dia durante todo o ano, e também prestamos assistência através das mídias sociais. Fortalecemos estes serviços, aumentando o número de profissionais que prestam atendimento através destes dois espaços de comunicação. Também criamos um número WhatsApp, pois vimos que quando se gasta mais tempo em confinamento, as mulheres em situações de abuso têm menos possibilidades de fazer contato externo. Portanto, mensagens de texto ou nas mídias sociais se tornaram um veículo extremamente importante para que as mulheres nos enviem mensagens sempre que tiverem a oportunidade. Em vários casos, estas mensagens têm resultado em operações de resgate. Em apenas dois meses realizamos 19 resgates, em comparação com apenas cerca de um por mês durante os meses equivalentes em 2019.

Em segundo lugar, nossas campanhas de informação, conscientização e prevenção concentraram-se em três momentos pelos quais passam as mulheres que sofrem abusos, a fim de compartilhar estratégias sobre o que fazer antes, durante e depois de um evento violento. Também compartilhamos estratégias para reduzir situações de risco com crianças em casa e para estabelecer planos de segurança. Realizamos

uma campanha inclusiva e multicultural, com mensagens em linguagem de sinais para mulheres surdas, e mensagens para mulheres indígenas em três idiomas: Maya, Náhuatl e Zapotec. Também criamos material dirigido à sociedade em geral para que as pessoas possam denunciar situações de violência e participar na construção de uma cultura de tolerância zero.

Em terceiro lugar, realizamos a campanha “isolamento sem violência”, dirigida ao governo, ressaltando a urgência e a necessidade de criar políticas públicas transversais e com recursos que abordem as consequências e o impacto da COVID-19 para as mulheres a partir das perspectivas de gênero, direitos humanos e multiculturais. À medida que a quarentena for flexibilizada, estas políticas devem garantir o acesso à justiça, serviços de saúde e compensação financeira, entre outros direitos.

Em quarto lugar, realizamos ações específicas dentro dos abrigos, centros de emergência, casas de transição e centros externos que compõem a Rede, implementando protocolos para mitigar o risco de infecção pela COVID-19. Utilizamos nossa criatividade para prestar assistência através de várias plataformas digitais para continuar acompanhando todas as mulheres que participam de nossos programas abrangentes. As horas de atenção dentro desses espaços foram escalonadas e salas de quarentena foram estabelecidas para que possamos continuar a acolher as mulheres e crianças que necessitam de apoio sem nenhum obstáculo ou discriminação devido à COVID-19, pois para nós é extremamente importante colocar os direitos humanos no centro de nossas ações.



Uma integrante da comunidade LGBTQI+ colombiana participa de um protesto em reação aos assassinatos de seis mulheres trans em 3 de julho de 2020 em Bogotá. © Leonardo Muñoz/VIEWpress via Getty Images

MONITORAMENTO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Embora essencial no contexto da pandemia, a prestação de serviços nunca poderia ser suficiente quando os direitos estão sendo negados. As violações de direitos floresceram em situações de emergência. Em vários países, incluindo **Índia**, **Quênia** e **Filipinas**, as punições por violação dos regulamentos de emergência foram severas e brutais, remetendo às práticas de repressão existentes. Na **Nigéria** e em **Ruanda**, a aplicação do confinamento foi associado a um aumento da brutalidade policial, incluindo casos de agressão, violência de gênero, tortura e assassinato. No **Peru**, foi aprovada uma lei para isentar policiais e militares de qualquer responsabilidade criminal por mortes e ferimentos que pudessem causar enquanto aplicavam medidas de emergência.

Alguns Estados usaram medidas de emergência como um disfarce para atacar grupos excluídos, incluindo pessoas **LGBTQI+**, **migrantes** e **refugiados**, e pessoas **defensoras do direito à terra** e do meio ambiente, e diminuir as proteções aos direitos sexuais e reprodutivos, inclusive em vários **estados conservadores dos EUA**. Alguns estados aprovaram **novas leis** que criminalizam protestos.

Além das restrições à liberdade de expressão introduzidas em muitos países, o uso crescente da tecnologia para **rastrear** o vírus também ofereceu a possibilidade de chegar a um aumento maciço e duradouro da vigilância, e não apenas em países conhecidos por espionagem de seu povo, como a **China** e a **Turquia**, mas também em países ostensivamente mais democráticos, como a **Austrália** e o **Reino Unido**. Sinistramente, alguns dos aplicativos de vigilância digital utilizados foram desenvolvidos antes que o vírus fosse conhecido.

Um outro desafio surgiu com as novas e vastas oportunidades de corrupção criadas pela pressa de responder, já que os Estados e governos subnacionais tomaram decisões rápidas e opacas sobre a aquisição de EPI, medicamentos e equipamentos médicos. Estes processos e o estabelecimento e distribuição de novos esquemas de apoio público criaram muitas oportunidades para desvio de fundos, favoritismo e patrocínio.

Os Estados não foram os únicos infratores. Numerosos empregadores do setor privado aproveitaram a desaceleração da atividade econômica para retroceder os direitos trabalhistas, inclusive no **Camboja**, onde os trabalhadores sindicalizados do comércio de vestuário enfrentaram intimidação e os líderes sindicais foram alvo de demissões e presos por criticá-las. Se avaliou que quase **5.000 perdas de empregos**, no Camboja e Bangladesh, Índia e Mianmar, estiveram ligadas ao status de filiação sindical de um empregado. Nos EUA, várias corporações **reprimiram** os esforços de sindicalização enquanto os trabalhadores tentavam se organizar e suscitar preocupações sobre a segurança no local de trabalho durante a emergência.

Estes e muitos outros abusos significaram que, juntamente com a prestação de serviços e informações, era igualmente imprescindível o trabalho da sociedade civil para examinar as decisões e escolhas de gastos do governo, monitorar, documentar e chamar a atenção para violações de direitos, e permitir que as pessoas relatassem os abusos sofridos e buscassem reparação. As OSCs trabalharam para promover a conscientização e a ação sobre as dimensões de direitos humanos da crise e responsabilizar os Estados e o setor privado por falhas ativas e passivas. A mensagem transmitida foi de que os tempos atuais de crise não implicam que haja menos responsabilidade, mas sim que o escrutínio se torna mais essencial. As OSCs, portanto, continuaram seu trabalho existente para responsabilizar os tomadores de decisão e estabeleceram novas estruturas para monitorar os impactos da pandemia e das medidas de emergência sobre os direitos.

Em muitos países, a sociedade civil se reuniu para pedir aos Estados que defendessem os padrões internacionais de direitos humanos. Em Mianmar, 97 OSCs publicaram uma **declaração conjunta** expressando sua preocupação com a maneira como o Estado estava lidando com a crise e sua negligência dos direitos humanos e dos valores democráticos. A Coalizão Fiji para os Direitos Humanos liderou um **apelo** para que as respostas estatais respeitassem os direitos humanos, depois que os nomes e endereços de todos que compartilharam um vôo com uma pessoa infectada foram divulgados pelo Ministério da Saúde, violando o direito das pessoas à privacidade e potencialmente gerando hostilidade. A sociedade civil na **Argentina** chamou



Uma trabalhadora de saúde se manifesta em 28 de agosto de 2020 em Lima, Peru.
© Raúl Sifuentes/Getty Images

a atenção para detenções arbitrárias e assédio sob medidas de emergência dirigidas a jovens, desabrigados e pessoas que vivem em assentamentos informais na capital, Buenos Aires.

Profissões-chave se reuniram para instar os Estados a respeitarem os direitos humanos. Na Guatemala, mais de 100 jornalistas se uniram para publicar uma **declaração** criticando a reiterada hostilidade do presidente e das autoridades durante a crise. Mais de 500 profissionais de saúde na **Nicarágua** apoiaram um apelo para que o Estado fornecesse informações transparentes, equipamento médico adequado e medidas de prevenção de vírus, mesmo que isso os colocasse em risco de assédio ou demissão.

Para permitir maior responsabilidade durante a pandemia, foram estabelecidas novas iniciativas de monitoramento. No **Nepal**, liderado pela Comissão Nacional de Direitos Humanos, foi estabelecida uma rede de monitoramento de direitos humanos envolvendo múltiplas partes interessadas para acompanhar a situação dos direitos humanos durante a crise, operando aos níveis provincial, distrital e nacional. Seu primeiro relatório focalizou o impacto do estado de emergência nos direitos humanos das mulheres. Na **França**, os órgãos de direitos humanos criaram grupos de monitoramento cidadão para acompanhar e relatar os abusos. A Iniciativa Norte-Sul na **Malásia** trabalhou para monitorar os empregadores do setor privado e expor as tentativas de se aproveitar do vírus para se contrapor aos direitos trabalhistas.

A OSC nigeriana Espaços Para A Mudança aplicou suas abordagens existentes de rastreamento e defesa do espaço cívico para se concentrar no **monitoramento** dos impactos das medidas emergenciais do Estado sobre os direitos humanos. Estabeleceu uma equipe de rastreamento para mapear e monitorar as restrições em um banco de dados online, o que lhe permitiu relatar uma série de violações de direitos, incluindo a violência estatal. Como parte disto, criou uma linha de ajuda para fornecer serviços legais gratuitos às pessoas que sofrem violações de direitos.



Uma mulher segura uma placa que diz “Solução médica, sem bloqueio militarizado” durante um protesto silencioso que comemora o Dia do Trabalho em Quezon, nas Filipinas. © Jes Aznar/Getty Images

PASSANDO PARA O NÍVEL INTERNACIONAL

Os esforços da sociedade civil para afirmar a responsabilidade do Estado sobre os direitos também ocorreram a nível internacional. Após um período de adiamento, os mecanismos do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU) voltaram a funcionar dando ênfase à participação online. A sociedade civil se adaptou ao **engajamento** remoto com o Conselho, trabalhando para escutinar os Estados sobre seus históricos em matéria de direitos humanos e monitorar as violações de direitos. Ao mesmo tempo, a sociedade civil procurou testar o **potencial** da súbita mudança para o engajamento online para ampliar a diversidade da sociedade civil participante. Antes do Fórum Político de Alto Nível da ONU em julho, que analisa o progresso feito pelos Estados em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, **460 OSCs** de 115 países se uniram para pedir aos Estados que insistissem para que as vozes da sociedade civil fossem incluídas nas discussões online. Em resposta, **61 Estados** assinaram um compromisso para permitir a participação virtual efetiva da sociedade civil. A sociedade civil fez esforços semelhantes em relação a outros mecanismos de direitos globais e regionais.

Tornou-se mais importante do que nunca que as vozes da sociedade civil fossem ouvidas a nível internacional quando estavam sob restrições renovadas em casa. Grupos cujos direitos foram atacados sob o pretexto de medidas de emergência tiveram acesso limitado a alguns dos meios pelos quais normalmente poderiam reagir, tais como protestos em massa. Os mecanismos internacionais de direitos humanos puderam oferecer um enfoque alternativo. A comunidade transgênero da Hungria **foi alvo** de uma lei aprovada apressadamente no auge da pandemia e, conseqüentemente, submetida a pouco escrutínio, que reconhecia apenas o sexo de uma pessoa designada ao nascer, impedindo que pessoas transgêneros mudassem legalmente seu gênero e obtivessem nova documentação. O engajamento

com instituições europeias e globais e a solidariedade com as redes europeias da sociedade civil proporcionaram uma alternativa vital para destacar a injustiça.

Representamos um grupo minoritário e não podemos combater este governo sozinhos. Mas as instituições internacionais às vezes influenciam as ações do governo. Apelamos aos atores internacionais para que levantem suas vozes publicamente e se engajem no diálogo multilateral com nosso governo sobre esta questão. Temos 23 casos perante o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Também continuamos a nos envolver com os mecanismos de direitos humanos da UE, com o Conselho da Europa e com a ONU.

Krisztina Kolos Orbán, Associação de Transgêneros Transvanilla, Hungria

As comunidades indígenas brasileiras também se engajaram com instituições internacionais. Em **junho**, as primeiras medidas internacionais de proteção reconhecendo os riscos que a pandemia representava para os povos indígenas foram emitidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Isto aconteceu após uma campanha lançada pelas comunidades indígenas Yanomami, que estavam expostas ao risco de infecção pelo movimento de mineiros ilegais de ouro em suas terras.

Ao mesmo tempo, foram criadas novas iniciativas da sociedade civil a nível global para monitorar os direitos. O Centro Internacional de Direito Sem

Fins Lucrativos (ICNL) lançou seu Rastreador da Liberdade Cívica durante a COVID-19 (**COVID-19 Civic Freedom Tracker**), monitorando as respostas do Estado à pandemia que afetou os direitos humanos e as liberdades cívicas. Até agora, medidas que impactaram a liberdade de expressão, por exemplo, foram relatadas em 42 países. Em junho, cerca de 100 OSCs de todo o mundo, lideradas pela International IDEA, assim como

quase 500 indivíduos proeminentes que incluíam vários ganhadores do Prêmio Nobel e ex-chefes de Estado e de governo, endossaram um **Chamado Público para Defender a Democracia**. Pouco tempo depois, foi estabelecido um **Observatório Global** do Impacto da COVID-19 sobre a Democracia e Direitos Humanos.

A sociedade civil trabalhou para assegurar a responsabilidade sobre as decisões tomadas em resposta à crise. Na **Tunísia**, blogueiros e ativistas em redes sociais usaram suas plataformas para criticar a forma como o Estado lidou com a crise e a suposta corrupção na distribuição de suprimentos de emergência, e correram o risco de serem presos por fazê-lo. Reclamações semelhantes foram feitas no **Equador** e na **Índia**, enquanto no **Zimbábue**, o Ministro da Saúde foi demitido e preso após a exposição de suposta corrupção na adjudicação de um grande contrato para o fornecimento de equipamentos médicos e de testes. Em países como **Quênia** e **Papua Nova Guiné**, os capítulos nacionais da Transparência Internacional trabalharam para acompanhar os compromissos financeiros estatais assumidos em resposta à COVID-19 com o objetivo de avaliar se os fundos foram alocados de forma correta e eficiente.

Na **Nigéria**, a Desenvolvimento Conectado (Connected Development) exortou o Estado a garantir a transparência e convidou os cidadãos a usar sua plataforma de prestação de contas, www.ifollowthemoney.org, para monitorar os gastos e advogar pela melhoria das instalações de saúde. Na **África do Sul**, a filial nacional da Parceria Internacional de Orçamentos (International Budget Partnership) e suas OSCs parceiras apoiaram os residentes de assentamentos informais para monitorar e relatar as falhas na prestação de serviços críticos de higiene, como forma de incentivar a supervisão do orçamento do Estado e das decisões de gastos. A Fundação Observatório Fiscal do **Chile** (Fundación Observatorio Fiscal) revisou os contratos e ordens de compra do Estado e exigiu prestação de contas quando os procedimentos estabelecidos não foram devidamente seguidos.

No **México**, o Centro de Pesquisa Econômica e Orçamentária (Centro de Investigación Económica y Presupuestaria) tentou avaliar o impacto orçamentário dos programas sociais e de emprego do Estado anunciados em resposta à pandemia, mas informou que a falta de transparência e de informação pública o impediu de fazê-lo. Desafios como estes deixaram em evidência a necessidade contínua do engajamento da sociedade civil com os Estados, com o objetivo de influenciar as políticas públicas e torná-las mais responsáveis.

INFLUENCIANDO E ENGAJANDO-SE COM OS ESTADOS

Para incentivar uma maior prestação de contas, defender os direitos humanos e buscar a reparação das violações de direitos, a sociedade civil trabalhou para se envolver e influenciar as instituições estatais, procurando construir relações para a mudança de políticas. À luz das medidas de emergência, a sociedade civil se esforçou para lembrar aos Estados a necessidade de preservar as garantias constitucionais de direitos e assegurar que quaisquer restrições às liberdades fossem legais, baseadas em evidências, proporcionais, não-discriminatórias, limitadas no tempo e impostas exclusivamente com o objetivo de proteger a saúde pública. A sociedade civil se esforçou para resistir às tentativas de concentrar o poder estatal, às medidas de repressão aos direitos e restrições que minavam os direitos de grupos particulares, e para assegurar que os Estados respeitassem e mantivessem os direitos dos grupos excluídos.

Sempre que possível, a sociedade civil trabalhou para forjar relações construtivas com os Estados, procurando incentivar e fazer parte de uma resposta conjunta contra a pandemia. Por exemplo, na Somália, a **Ação Contra a Fome** realizou uma parceria com o Ministério da Saúde para superar a falta de conscientização sobre o vírus fornecendo informações sobre a prevenção da COVID-19 através de uma série de canais de comunicação para alcançar grupos vulneráveis e excluídos, juntamente com o apoio à introdução de medidas de segurança na prestação de cuidados de saúde. A sociedade civil também estabeleceu colaborações valiosas no nível local do governo, com agências municipais e a sociedade civil muitas vezes desempenhando papéis complementares na ajuda às comunidades e na prestação de serviços, como em Uganda, onde a Rede Fundação para a Transformação Comunitária (**Community Transformation Foundation Network**) cooperou com as forças-tarefas do governo local para apoiar a provisão de saúde.

Complementamos as intervenções governamentais, chegando mais longe, onde o Estado não conseguia. Utilizamos nossos fundos de reserva para alugar e abastecer um veículo 4x4, para poder continuar prestando serviços comunitários quando outras formas de circulação não eram permitidas. Desempenhamos um papel de apoio para retardar a propagação da COVID-19 na Grande Masaka, monitorando a situação de crianças fora da escola e suas famílias, e respondendo a emergências de saúde envolvendo mulheres grávidas, crianças e pessoas idosas.

Kayinga Mudu Yisito, Rede Fundação para a Transformação Comunitária, Uganda

Além dessas importantes colaborações na prestação de serviços, as OSCs buscaram fazer valer sua influência sobre as políticas. O papel da sociedade civil de influência nas políticas foi destacado no Brasil, onde o **Social Good Brasil** conectou cientistas de dados com funcionários públicos para encorajar os funcionários a seguir dados e evidências na tomada de decisões relacionadas a pandemia.



Um voluntário da BCS Community Alliance registra os dados de uma mulher recebendo ajuda alimentar em La Paz, México, em 26 de maio de 2020.
© Alfredo Martínez/Getty Images



Controle de temperatura em uma estação temporária de lavagem de mãos instalada pela Shining Hope for Communities no assentamento informal de Kibera em Nairóbi, Quênia. © Patrick Meinhardt/Bloomberg via Getty Images

Em resposta à desinformação e instruções enganosas do governo para reabrir a economia apesar das taxas astronômicas de contágio e morte, criamos um banco de dados, defendemos o uso de dados abertos e engajamos acadêmicos, cientistas de dados e gerentes públicos para promover a tomada de decisões baseadas em evidências no estado de Santa Catarina. Embora o estado fosse um dos menos transparentes do país, posteriormente ficou em terceiro lugar no ranking de transparência pública da Open Knowledge durante a crise da COVID-19.

Ana Addobbati, Social Good Brasil

A sociedade civil também procurou influenciar a política através da representação em órgãos de coordenação, tais como conselhos consultivos e forças-tarefas. As OSC foram representadas na força-tarefa nacional da COVID-19 no **Malauí**, enquanto no **Chile**, a plataforma da sociedade civil Agora é Nossa Hora de Participar se integrou aos fóruns oficiais para ajudar a planejar os processos para o iminente plebiscito no país sobre uma nova constituição, permitindo-lhe aconselhar sobre formas de garantir a segurança e, ao mesmo tempo, promover a participação. A nível local, a Aliança Jovem para o Desenvolvimento Rural na **Libéria** defendeu com êxito, junto aos órgãos governamentais locais, a inclusão de OSCs como parceiras.

Na **Letônia**, as OSCs relataram que existiu um diálogo construtivo entre o Estado e as OSC sobre a melhor forma de apoiá-las para desempenharem seus papéis durante e após a crise. O governo do Equador criou um **portal COVID-19** que compartilhou informações sobre as iniciativas da sociedade civil, enquanto o governo do Paraguai criou um **website** para permitir o diálogo e a prestação de contas, dando às pessoas uma oportunidade de monitorar os gastos públicos na resposta à COVID-19 e se envolver diretamente com as autoridades.

Nenhuma dessas iniciativas foi isenta de críticas. Grupos de mulheres do Malauí apontaram que apenas **19%** dos membros da força-tarefa COVID-19

que foram nomeados pelo presidente eram mulheres e reclamaram uma representação igualitária. Ao mesmo tempo em que saudaram os processos de diálogo, a sociedade civil letã apontou para a falta de apoio financeiro direto do governo para as OSC. E os exemplos positivos pareceram ser a exceção e não a norma. Os membros da **AGNA** relataram que, em geral, os Estados não estavam envolvendo as OSCs em fóruns consultivos ou de tomada de decisões, e não reconheciam o papel das OSCs como partes interessadas fundamentais na resposta à COVID-19. Eles apontaram para uma narrativa dominante que posicionava o setor privado como um parceiro preeminente, e o emprego de forças militares na resposta humanitária e na prestação de serviços, em vez de capitalizar a capacidade das OSCs de alcançar e mobilizar grupos vulneráveis e excluídos. Da mesma forma, vários membros da CIVICUS que participaram na **pesquisa** reclamaram que os Estados não estavam incluindo as OSCs nos planos de resposta à pandemia.

Entretanto, sempre que possível, a sociedade civil continuou a se engajar para tentar melhorar e expandir os espaços de diálogo e cooperação. Paralelamente a isto, houve vários exemplos de ações de incidência bem-sucedidas que mudaram a política do governo, assim como ações de incidência que continuam a pressionar por mudanças. Em vários países, as OSCs foram ativas no **apelo** às autoridades para libertar presos e detentos, incluindo ativistas da sociedade civil, jornalistas e políticos opositores detidos, chamando a atenção para as condições frequentes de superlotação carcerária que facilitariam a propagação do vírus. **Vários Estados**, incluindo Bahrein, Camarões, Etiópia, Irã e Turquia, responderam libertando pelo menos alguns detentos mais cedo, entre eles alguns ativistas proeminentes da sociedade civil, como **Nabeel Rajab** do Bahrein. A sociedade civil continuou a exigir novas libertações de presos em todas as instâncias. **Sindicatos** se engajaram com Estados e empregadores em todos os continentes habitados para defender os direitos trabalhistas, insistir em locais de trabalho seguros e defender empregos. Na Argentina, por exemplo, os sindicatos negociaram uma nova lei com o Estado que dará poder a muitas pessoas para continuar trabalhando a partir de casa.

O trabalho de incidência da sociedade civil resultou em apoio adicional para as mulheres em risco de violência doméstica na **Tunísia**. A maioria dos processos

judiciais foram suspensos durante o confinamento, sendo que apenas aqueles considerados como casos de emergência eram ouvidos. As mulheres vítimas de violência enfrentaram uma longa espera por justiça, expondo-as a um perigo contínuo. Em resposta, a Associação de Mulheres Democráticas da Tunísia fez lobby com sucesso para que os casos de violência contra as mulheres fossem classificados entre os casos que os tribunais podiam ouvir.

Também em defesa dos direitos da mulher, no **Chile** a Coordenadora Feminista lançou um plano feminista de emergência que combinava demandas em relação ao Estado, inclusive para acesso a assistência médica, licenças médicas remuneradas e medidas de alívio financeiro, com estratégias de autocuidado e proteção mútua. Na **Libéria**, várias OSCs se uniram para pedir ao Estado que adotasse uma abordagem baseada em gênero em sua resposta à pandemia e assegurasse transparência e prestação de contas.

Caminando Fronteras defendeu junto ao governo marroquino a emissão de licenças para que os migrantes pudessem obter alimentos e água, e defendeu junto ao governo espanhol o fim das deportações e a liberação dos migrantes detidos em centros de detenção lotados com alto risco de infecção. A sociedade civil em **Omã**, por sua vez, pediu ao Estado que acabasse com sua prolongada proibição das principais plataformas de chamadas de voz e vídeo online, dada a atual necessidade de uma maior comunicação digital e de trabalho virtual sob medidas de emergência.

O engajamento político da sociedade civil na **Argentina** incluiu o desenvolvimento de uma proposta abrangente para um plano nacional de emergência em matéria de habitação, que resultou na proibição de despejos, no apoio às pessoas que lutam para pagar aluguel e hipotecas e na proteção das mulheres e outros grupos excluídos. A incidência também se concentrou na necessidade de assistência para pessoas com deficiência, junto com uma campanha para mostrar os impactos dos confinamentos sobre as pessoas em hospitais psiquiátricos. Junto com outras OSCs na América Latina, o trabalho de incidência abordou ainda mais a necessidade de tornar a tributação mais progressiva, a fim de apoiar uma recuperação socialmente mais justa pós-pandemia.



Protesto contra a terrível situação socioeconômica nas proximidades da comunidade de mineração de Seraleng em Rustenburg, África do Sul, em 18 de maio de 2020.
© Dino Lloyd/Gallo Images via Getty Images

LIGANDO OS PONTOS: UMA RESPOSTA INTEGRADA PARA PROTEGER OS DIREITOS DAS MULHERES NA TUNÍSIA

A Associação de Mulheres Democráticas da Tunísia (ATFD), uma OSC que promove a igualdade de gênero em todas as áreas, desde a esfera política até os direitos socioeconômicos, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, ofereceu uma série de respostas. Seu diretor, **Ramy Khouil**, explica como a ATFD adaptou e ampliou seus serviços de aconselhamento ao mesmo tempo em que intensificou seu trabalho de incidência e colaboração com o Estado, para identificar e implementar soluções políticas:

No início da pandemia da COVID-19, a ATFD emitiu um aviso para as autoridades tunisinas declarando nossas preocupações sobre o período de confinamento, em que muitas mulheres teriam que ficar em casa com seus agressores. Tínhamos razão, pois o número de casos de violência de gênero continuava a crescer sob confinamento. O Ministério de Assuntos da Mulher disse que a quantidade de chamadas recebidas através da linha telefônica de emergência criada pelo governo tinha se multiplicado por cinco. Em nossos centros de aconselhamento também observamos um pico, pois o número de mulheres vítimas de violência que procuraram nosso apoio aumentou.

A maioria dos tribunais também fecharam durante o confinamento e tivemos que fazer lobby junto ao alto conselho do sistema judicial e ao ministro da Justiça para incluir os casos de violência contra as mulheres entre os casos de emergência que eles estavam abordando durante o confinamento. Ainda bem que eles aceitaram.

O acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva também foi afetado porque as mulheres não podiam sair e procurar esses serviços por medo do vírus. Tivemos que colaborar com a ministra da Saúde e da Mulher

para encontrar soluções para esta situação e agora estamos tentando encontrar uma maneira de garantir a continuidade dos serviços de saúde reprodutiva.

Além disso, os direitos socioeconômicos das mulheres têm sido ainda mais afetados. Devido à crise econômica provocada pela pandemia, muitas mulheres perderam seus empregos, ou não estão sendo remuneradas. Muitas mulheres na Tunísia trabalham no setor informal, e, portanto, não puderam continuar seu trabalho e ficaram sem nenhuma renda. Isto tem afetado sua capacidade de cuidar de si mesmas e de suas famílias. Temos trabalhado com um grupo de mulheres trabalhadoras domésticas em um estudo sobre a situação das trabalhadoras domésticas na Tunísia.

Temos feito muito trabalho de incidência junto às autoridades porque a resposta oficial falhou em considerar os aspectos de gênero da pandemia. Temos trabalhado com a maioria dos ministérios. Reunimo-nos com a maioria dos departamentos ministeriais para aumentar a conscientização. Enviamos documentos de política e cartas abertas. Continuamos a prestar serviços em nossos centros de aconselhamento, que ainda estão em funcionamento. Também adaptamos esses serviços para serem entregues por telefone. Lançamos uma campanha sobre a violência contra as mulheres durante a pandemia, que foi acompanhada por milhares de pessoas e teve muito sucesso. Como resultado, o departamento da região do Oriente Médio e Norte da África do Facebook entrou em contato conosco e agora estamos trabalhando em parceria com eles para aumentar a audiência em futuras campanhas. Também vamos estabelecer canais de comunicação com o Facebook para denunciar a violência e o ódio nas redes sociais.

USANDO O SISTEMA JURÍDICO

Em contextos onde opera relativamente livre de interferência executiva, o sistema jurídico às vezes proporcionou uma via eficaz para que a sociedade civil buscasse reparação e garantisse que as proteções dos direitos constitucionais fossem mantidas. Como parte de seu trabalho de incidência junto aos Estados, a sociedade civil obteve algumas importantes vitórias durante a pandemia, utilizando as alavancas legais disponíveis.

Quando a educação passou a funcionar online na Argentina, as desigualdades existentes no acesso à educação foram reforçadas, privilegiando crianças de famílias mais ricas que poderiam recorrer a dispositivos e conexões de Internet estáveis, e ao mesmo tempo ameaçando impedir o acesso à educação de estudantes menos privilegiados. A sociedade civil interveio com sucesso, entrando com uma ação judicial para evitar que isso acontecesse. A sociedade civil obrigou o governo de Buenos Aires a fornecer um laptop, notebook ou tablet a qualquer estudante do sistema público de ensino que recebesse assistência social, subsídios ou bolsas de estudo, ou que vivesse em uma favela. O governo da cidade também foi obrigado a instalar Wi-Fi nas favelas e nos assentamentos informais ou a fornecer dados móveis aos estudantes. Isto não foi apenas um avanço para os estudantes envolvidos, mas também estabeleceu um importante precedente para os direitos.

Esta medida é fundamental porque não só procura reverter a desigualdade existente em termos de acesso aos equipamentos educacionais, mas também reconhece o acesso à Internet como um direito fundamental que é indispensável - e, neste contexto, essencial - para o exercício de outros direitos, tais como direitos à educação, saúde, informação ou acesso à justiça.

Sebastián Pilo, Associação Civil para Igualdade e Justiça, Argentina



Os habitantes da Villa 21-24 em Buenos Aires, Argentina, foram alguns dos beneficiários da decisão judicial que obrigou a prefeitura a fornecer meios para que crianças de baixa renda recebessem educação pela internet. © Marcelo Endelli/Getty Images

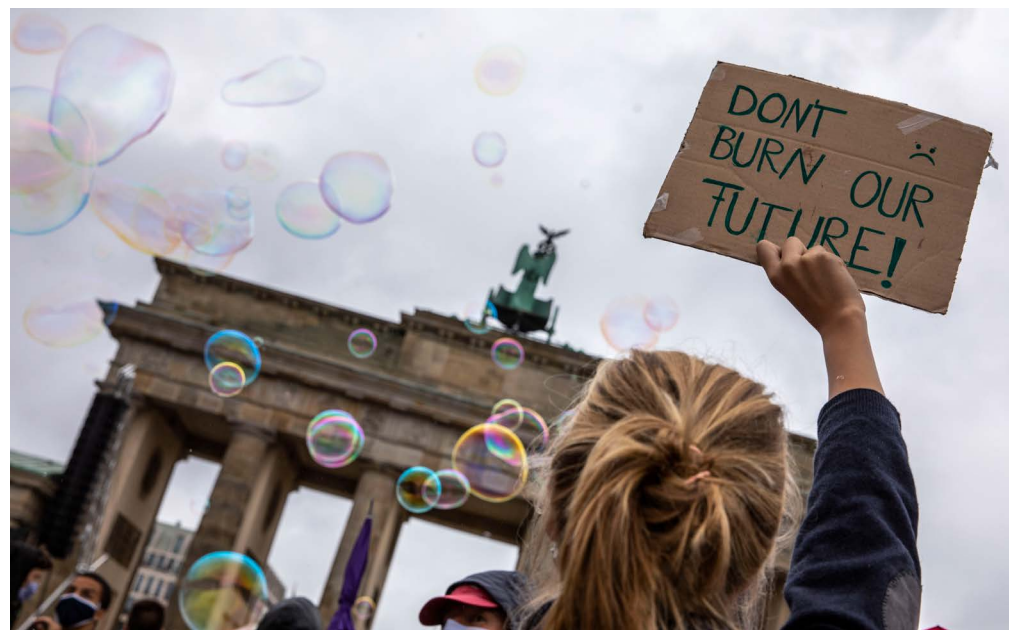
O Tribunal Constitucional **alemão** manteve o direito de protesto durante a pandemia, deliberando que os protestos políticos poderiam ocorrer se o distanciamento fosse respeitado, após uma queixa apresentada por um grupo de jovens ativistas que sentiram que as regras de emergência estavam sendo aplicadas de forma excessiva para impossibilitar até mesmo reuniões com as devidas precauções de segurança. No **Zimbábue**, uma queixa jurídica urgente apresentada pelos Advogados de Direitos Humanos do Zimbábue (Zimbabwe Lawyers for Human Rights) resultou em uma decisão ordenando que as forças de segurança do Estado respeitassem os direitos humanos e se abstivessem de agredir pessoas durante o confinamento; outra decisão ordenou que o Estado fornecesse EPI a todo o pessoal médico. A OSC queniana Muçulmanos pelos Direitos Humanos (Muslims for Human Rights) **processou** o governo por sua prática de obrigar as pessoas em quarentena nos hospitais públicos a pagar por sua própria comida e alojamento, o que penalizou os mais pobres e potencialmente os tornou menos propensos a apresentar sintomas. Neste caso, não houve necessidade de esperar por uma decisão legal; quando o caso chegou ao tribunal, o clamor público criado por ele forçou o governo a recuar.

Quando as eleições parlamentares de junho na **Croácia** estavam se aproximando, a sociedade civil reclamou que as pessoas nos hospitais recebendo tratamento para a COVID-19 não poderiam votar, em comparação com aqueles que estavam se auto-isolando em casa, que ainda poderiam votar. Após a apresentação da queixa legal, o Tribunal Constitucional decidiu que aqueles que estivessem no hospital poderiam votar por procuração, permitindo-lhes ter a mesma participação que todos os demais.

No **Malauí**, a sociedade civil tomou medidas legais para postergar a imposição de um confinamento por parte do Estado. A ação foi motivada pela preocupação de que tinha sido tomada uma decisão inadequada para os trabalhadores informais, que seriam privados de seu sustento, bem como pelo medo de que o partido no poder usasse o confinamento como desculpa para adiar as eleições iminentes.

O desafio da sociedade civil veio depois que milhares de comerciantes informais nas cidades de Blantyre e Mzuzu e em distritos como Thyolo saíram às ruas para protestar contra o confinamento com cartazes que diziam: “Preferimos morrer de corona do que morrer de fome”. Muitos desses vendedores são assalariados diários e um confinamento poderia tê-los afetado muito. Havia também uma suspeita crescente entre a sociedade civil e os cidadãos de que o governo estava tentando usar o confinamento para justificar o cancelamento ou adiamento das eleições.

Michael Kaiyatsa, Centro para os Direitos Humanos e Reabilitação, Malauí



Em 25 de setembro de 2020, o Dia Mundial de Ação convocado pelo Fridays For Future acontece em Berlim, Alemanha, após a decisão dos tribunais de proteger o direito de protestar durante a pandemia. © Omer Messinger/Getty Images

ELEIÇÕES EM TEMPO DE PANDEMIA

Croácia e Malauí foram apenas dois entre uma parcela de países a realizar eleições em meio à pandemia, o que incluiu várias eleições que foram **reprogramadas** devido a rigorosos confinamentos e que, mesmo assim, acabaram realizadas durante a pandemia. A **Coréia do Sul** foi o primeiro país a realizar uma eleição nacional durante a pandemia. Contra todas as expectativas, o comparecimento nas eleições legislativas de abril foi superior ao das eleições anteriores, possivelmente refletindo a confiança do público na resposta do Estado à pandemia e nas medidas sanitárias abrangentes postas em prática para os eleitores. A eleição teve um número recorde de mulheres eleitas ao Parlamento do país.

Entretanto, em vários países os governos vigentes tentaram usar as restrições devido ao estado de emergência para adiar as eleições por longos períodos e assim consolidar seu poder, conforme denunciado pela sociedade civil na **Bolívia** e em **Hong Kong**, ou para realizar eleições em condições que lhes dessem vantagem, privilegiando seu controle da mídia estatal, aplicando restrições seletivas e limitando as campanhas eleitorais da oposição e a observação eleitoral, conforme alertado pela sociedade civil no **Burundi**, **Sérvia** e **Sri Lanka**.

Mas em alguns casos, embora muitas vezes fosse impossível para a sociedade civil desempenhar funções convencionais em torno das eleições, como atividades de educação dos eleitores e de monitoramento das eleições, ela foi capaz de desempenhar um papel fundamental na luta contra as tentativas do partido no poder de atrasar ou distorcer as eleições. Tal foi o caso da **República Dominicana**, onde a sociedade civil fez bom uso de seus contatos com a mídia para insistir que as eleições adiadas de maio para julho não fossem adiadas novamente e, em vez disso, se realizassem com

as devidas medidas de proteção aplicadas. A sociedade civil insistiu que a orientação internacional fosse seguida para que as eleições pudessem ser realizadas de forma segura e as pessoas pudessem votar com confiança.

Como sociedade civil, tentamos impor a introdução de medidas sanitárias adequadas. Instamos a Junta Eleitoral Central a seguir as recomendações da OMS e da Organização dos Estados Americanos para transmitir a segurança de que as medidas necessárias seriam tomadas e as eleições seriam realizadas. Foi um esforço gigantesco, porque ainda não tivemos uma política eficaz de prevenção e utilização de testes rápidos na República Dominicana; no entanto, acabou sendo possível impor **protocolos sanitários**, incluindo a desinfecção e saneamento, a distribuição de materiais de proteção e medidas de distanciamento físico.

Hamilk Chahin, Manifesto Cidadão para Transparência Eleitoral e Addys Then Marte, Alianza ONG, República Dominicana

Como resultado de tal campanha, a eleição foi realizada em julho, e quando a votação foi adiante, foram estabelecidos protocolos de saneamento e desinfecção em vigor juntamente com o uso de EPI e medidas de distanciamento físico. A consequente mudança de governo, uma raridade na República Dominicana, pode ter explicado a resistência do partido no poder em avançar. A sociedade civil também teve que pressionar contra uma campanha governamental que parecia ter sido

explicitamente criada para assustar as pessoas a fim de que ficassem em suas casas durante a votação; a sociedade civil respondeu com sua própria campanha encorajando as pessoas a se protegerem e votarem, e a indignação contra esta propaganda do governo foi tão forte que foi rapidamente abandonada.

Um conjunto crescente de boas práticas indica que as eleições podem ser realizadas com segurança durante a pandemia, se os Estados tomarem as devidas precauções para permitir uma votação segura e uma campanha eleitoral justa, e se a sociedade civil puder desempenhar um papel fundamental para impulsionar a adoção de boas práticas.



Funcionários do Comitê Central de Gestão Eleitoral e observadores eleitorais contam votos em 15 de abril de 2020 em Seul, Coreia do Sul.
© Chung Sung-Jun/Getty Images

CAMPANHA DE UTILIDADE PÚBLICA

Como muitos dos exemplos acima indicam, as OSCs frequentemente alcançaram sucesso no engajamento político e nas ações legais quando se relacionaram com as preocupações do público e mobilizaram apoio por meio de demandas-chave. A mobilização da opinião pública poderia oferecer uma poderosa correção às tentativas dos Estados de reprimir os direitos. Em sociedades que recorreram ao confinamento e às medidas de distanciamento, grande parte dessa mobilização foi feita através das mídias sociais; embora elas possam ter permitido a rápida disseminação da desinformação, as mídias sociais também proporcionaram um espaço crucial de campanha e coordenação que a sociedade civil foi capaz de utilizar para recrutar apoio.

Um grande avanço foi alcançado no **Brasil**, onde uma coalizão de mais de 160 OSCs fez campanha pela introdução de uma política de **renda básica** emergencial durante a pandemia. Conquistando o apoio de mais de meio milhão de pessoas e recrutando influenciadores nas redes sociais, a campanha foi um notável e rápido sucesso. Dentro de 10 dias após o lançamento da campanha, uma lei aprovando o esquema foi aprovada; outros 10 dias depois, as pessoas já estavam recebendo seus primeiros pagamentos. Dezenas de milhões de brasileiros receberam apoio financeiro crucial como resultado, e se estima que mais da metade da população brasileira tenha sido direta ou indiretamente beneficiada pelo esquema. A mudança mostrou o poder da ação coletiva da sociedade civil que ressoa na imaginação pública, e o potencial para que momentos de crise também sejam momentos de mudança, quando ideias ousadas há muito tempo alimentadas e desenvolvidas como políticas da sociedade civil - como a noção de uma renda básica universal - podem subitamente ser avançadas. A sociedade civil continuará trabalhando para expandir a presença do esquema e para consagrá-lo como um precedente que estabelece o direito a uma renda básica no Brasil. Uma outra **campanha** brasileira foi lançada para exigir quarentena remunerada para muitos trabalhadores domésticos - em sua maioria mulheres negras de origem pobre - que não puderam mais trabalhar nas casas de seus empregadores ricos. Até o momento da redação deste relatório, a petição da campanha havia atraído mais de 130.000 assinaturas.

A **Associação de Mulheres Democráticas da Tunísia** também fez uso efetivo das mídias sociais, pois sua **campanha** no Facebook sobre a violência contra as mulheres durante a pandemia atraiu milhares de seguidores e levou a uma nova parceria com o Facebook para aumentar a audiência para futuras campanhas contra a violência. Campanhas públicas de combate à violência contra as mulheres também foram realizadas no **México** e no **Líbano**, onde a sociedade civil fez parte de campanhas de conscientização sobre a violência contra as mulheres, medidas de proteção e os serviços de apoio disponíveis.



Association Tunisienne des Femmes Démocrates · Follow

April 24 · 🌐

العنف ضد النساء في الحجر الصحي في تونس

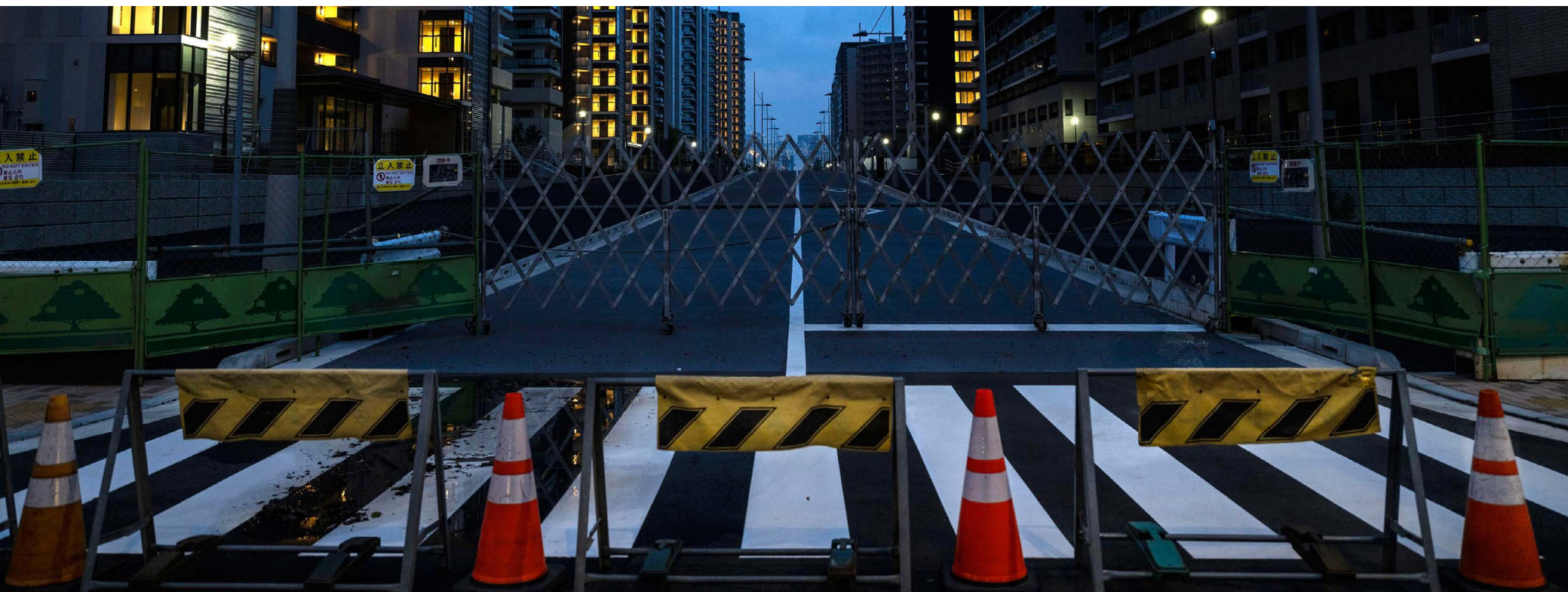


Devido ao adiamento das Olimpíadas de **Tóquio**, o Centro de Apoio à Vida Independente Moyai conectou a preocupação pública com os impactos e o legado de sediar as Olimpíadas com uma consciência acentuada dos desafios enfrentados pelos desabrigados durante a pandemia, lançando uma campanha

para realojar pessoas na Vila Olímpica de Tóquio. Em junho, sua petição havia atraído mais de 50.000 assinaturas. Dada esta demonstração de apoio público, o Centro pôde então convocar os candidatos nas eleições municipais para deixar clara sua opinião sobre o apoio aos desabrigados em Tóquio.

A opinião pública funcionou como uma reprimenda eficaz quando os Estados tentaram abusar e exagerar em seus poderes de emergência. A sociedade civil na **Moldávia** mobilizou uma campanha contra as duras novas restrições estatais à divulgação de informações durante a crise, fazendo um apelo público conjunto para que as regulamentações fossem revogadas; em resposta, o

governo as anulou rapidamente. Da mesma forma, uma proposta de lei no **Paraguai** que teria restringido excessivamente a liberdade de expressão durante a pandemia foi abandonada após extensas críticas da sociedade civil. A liberdade de expressão está sujeita a constantes ataques do partido governante em **Bangladesh**, mas mesmo assim, um plano para instituir um órgão de monitoramento dos canais de TV para avaliar se estavam espalhando informações falsas sobre a COVID-19 provocou um clamor público, e o órgão proposto foi rapidamente descartado. Todos esses exemplos mostraram como, trabalhando para canalizar as preocupações públicas, a sociedade civil foi capaz de fazer a diferença, mesmo diante de Estados aparentemente inflexíveis.



Após o adiamento das Olimpíadas, a Vila Olímpica de Tóquio permanece vazia, enquanto a sociedade civil faz campanha para que seja usada para realocar os desabrigados.
© Kyodo News via Getty Images

PROTESTOS NA PANDEMIA

Durante a pandemia, o protesto continuou a ser um meio essencial de articular a raiva das pessoas, fazer exigências e apelar aos tomadores de decisão política para que se comprometam com a mudança. Como descrito no **Relatório sobre o Estado da Sociedade Civil de 2020**, 2019 foi um ano de protestos em massa em todos os continentes habitados, enquanto as pessoas se mobilizavam para exigir ação climática, liberdades democráticas, mudanças econômicas e justiça social. Muitos destes protestos continuaram em 2020, até que tiveram que ser interrompidos à medida que a pandemia se propagava e as medidas de emergência eram aplicadas. Em vários lugares, protestar dentro da lei se tornou impossível devido a normas do estado de emergência, enquanto a mobilização massiva permaneceu difícil mesmo depois que as restrições à movimentação e reunião começaram a ser aliviadas.

Quando os protestos avançaram sob novas restrições, muitas vezes foram severamente reprimidos. Munição real foi usada contra manifestantes que exigiam apoio econômico e a proteção de sua subsistência no **Iraque** e em **Uganda**. Um protesto para exigir a retomada das atividades econômicas na **Bolívia** foi recebido com gás lacrimogêneo e balas de borracha. Manifestantes contra a gestão da pandemia pelo Estado do **Nepal** foram espancados com bastões. Os protestos desencadeados pela introdução de um novo toque de recolher na **Sérvia** em julho provocaram uma resposta violenta das forças de segurança e grupos associados em roupas civis, o que ajudou a gerar mais protestos.

Em alguns casos, notadamente na **Rússia**, até mesmo pessoas que encenaram protestos individuais foram presas conforme regulamentos do estado de emergência. E embora os jovens tivessem estado na vanguarda de muitas das mobilizações mais impressionantes de 2019, em **alguns contextos**, incluindo Colômbia, França e Turquia, os poderes do estado de emergência impuseram restrições explícitas à liberdade de circulação de pessoas com menos de 18 anos de idade. Mas apesar destes grandes desafios, os protestos não pararam.

Como vários dos exemplos acima sugerem, muitos contextos viram novos protestos que se concentraram nas questões levantadas pela pandemia, com pessoas protestando contra os impactos econômicos e de direitos humanos das medidas de emergência, e contra falhas do Estado em tomar medidas adequadas para prevenir a pandemia ou fornecer apoio adequado às comunidades necessitadas. No **Equador**, na cidade de Guayaquil, que foi esmagada pelo surto do vírus, as pessoas protestaram contra a falta de diretrizes do governo para lidar com os corpos de pessoas que supostamente haviam falecido devido à COVID-19, a falta de recursos para lidar com a pandemia e os cortes orçamentários que agravaram os impactos da pandemia. Os palestinos protestaram contra as atrocidades policiais cometidas durante as medidas de emergência em **Israel**. Artistas e trabalhadores do setor cultural que haviam perdido suas rendas protestaram no **Uruguai**. Os protestos se centraram na superlotação perigosa e nas condições insalubres dos campos de refugiados na **Grécia** e **Ruanda** e nos centros de detenção para migrantes na **Tunísia** e nos **EUA**.

No **Brasil**, a OSC Rio de Paz protestou contra a má gestão da crise por parte do governo e homenageou as inúmeras vítimas **cavando 100 sepulturas** e colocando cruzes negras na areia da praia de Copacabana, no Rio. Da mesma forma, nos EUA as pessoas protestaram contra a resposta do governo Trump à pandemia despejando sacos com corpos falsos à porta do Hotel Trump International em **Nova Iorque**, bem como perto da Casa Branca em **Washington DC**, como parte de um Dia de Luto Nacional. Um protesto na **Ucrânia**, com pessoas usando máscaras de gás, solicitou que o Parlamento fosse enviado à quarentena em vez de continuar aprovando leis sem o devido escrutínio. Mesmo no difícil ambiente de espaço cívico da **Bielorrússia** pré-eleitoral, estudantes universitários convocaram uma greve como meio de conscientizar sua comunidade sobre os riscos da COVID-19 e as formas de minimizar as chances de infecção; com o Estado se recusando a introduzir medidas de emergência e fornecendo pouca informação, os estudantes fizeram tudo por conta própria.



Manifestantes da OSC Rio de Paz protestam cavando sepulturas na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, Brasil, em 11 de junho de 2020. © André Coelho/Getty Images

Entre muitos protestos de **trabalhadores de saúde**, houve protestos pedindo melhor remuneração em recompensa por seu trabalho médico vital, inclusive em **Kosovo**, e para exigir EPI e provisão de saúde adequada, inclusive no **México**, onde trabalhadores de saúde montaram bloqueios nas estradas para chamar a atenção para a falta de EPI, e também na **Malásia** e no **Peru**. O Peru também foi palco de protestos dos **trabalhadores mineiros**, exigindo condições de trabalho mais seguras e o fechamento temporário das minas, sendo um dos muitos protestos ao redor do mundo realizado por pessoas forçadas a trabalhar em condições inseguras. Os **metalúrgicos na Itália** pediram que seus locais de trabalho fossem temporariamente fechados e os trabalhadores da empresa Amazon no país entraram em greve por falta de proteção. Nos EUA, as pessoas designadas como “**trabalhadores essenciais**” exigiram condições de trabalho mais seguras e melhores salários: trabalhadores **no comércio varejista e atacadista** fizeram uma ação coordenada para pedir licença médica, motoristas de caminhão se juntaram à caravanas de protesto, trabalhadores de redes de fast-food organizaram caminhadas e greves de um dia e **professores** em várias cidades protestaram contra a reabertura de escolas. Entregadores de comida organizaram dias de greve no **Brasil**. Motoristas de ônibus ameaçaram fazer **greve** por causa da questão do uso de máscara em Sydney, Austrália, o que levou a novas negociações.

Os trabalhadores também protestaram contra a perda de salário e ameaças aos seus empregos. Os trabalhadores de uma fábrica de vestuário chinesa em Laos protestaram que a empresa havia violado os regulamentos de emergência e não os pagava. Os empregados de uma loja realizaram um protesto sob distância social contra o fechamento de lojas e para exigir o pagamento integral da indenização por demissão na **Irlanda**. Um protesto sentado de portuários em **Belize** chamou a atenção para o fato de que a maioria das pessoas despedidas em resposta à pandemia eram membros do sindicato. Em várias fábricas da General Electric nos EUA, os trabalhadores **exigiram** ser postos a trabalhar na fabricação de ventiladores médicos em vez de serem demitidos.

O que estes protestos mostraram é que houve falhas profundas do Estado e do mercado na resposta à pandemia que só puderam ser enfrentadas através de ação cívica, com protestos comunicando exigências urgentes. Ao mesmo

tempo, houve mobilizações de grupos extremistas contra medidas do estado de emergência e em apoio a teorias conspiratórias. Mas ao lado destas respostas à pandemia, outros protestos apontaram que questões profundas de injustiça - mudança climática, racismo, negação das liberdades democráticas - permaneceram, e em alguns casos se intensificaram sob a pandemia, e não devem ser ignoradas. Houve a necessidade de continuar articulando demandas e pressionando os que estavam no poder, mesmo que as táticas de protesto precisassem ser alteradas.

Devido à situação de emergência, muitos protestos se mobilizaram no espaço público, mantendo o distanciamento físico e o uso de máscara, e fazendo conexões entre ações simbólicas de pequena escala e atividades online em massa. Isso incluiu mobilizações por movimentos de protesto que estavam ativos antes da pandemia. Protestos por mudanças políticas e econômicas no **Líbano**, continuando a partir dos protestos em massa de **2019**, levaram as pessoas a formar correntes humanas distanciadas usando máscaras e luvas. Da mesma forma, os protestos contra a corrupção e em defesa das



Manifestação antigovernamental perto da residência do primeiro-ministro em Jerusalém, Israel, em 8 de agosto de 2020. © Guy Prives/Getty Images

instituições democráticas em Israel foram a continuação das mobilizações contra o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu em 2019, mas desta vez foram distanciados e estenderam-se ao estabelecimento de um acampamento de protesto em frente à residência do primeiro-ministro; motivadas pelas falhas pandêmicas do Estado, pessoas que antes não haviam participado dos protestos, se juntaram.

Houve numerosos protestos sob distância social no Dia do Trabalhador em apoio aos direitos dos trabalhadores, inclusive no Chile, na Grécia e nas Filipinas, entre muitos outros. Em junho, então, surgiram protestos do movimento Black Lives Matter nos EUA e que também se multiplicaram por todo o mundo. As pessoas protestaram em solidariedade com os afro-americanos e porque a morte de George Floyd ressoou em outros países. Tal foi o caso da Nigéria, onde o foco dos protestos Black Lives Matter foi a brutalidade policial, como demonstrado ainda mais pelo severo policiamento das medidas de segurança durante a pandemia.

Quando a pandemia começou, houve um aumento da brutalidade policial relacionada com a aplicação de medidas de confinamento e o cumprimento de protocolos sanitários. As interações entre cidadãos e policiais aumentaram e resultaram em mais queixas contra os policiais. Em abril, parecia que os policiais tinham matado mais pessoas do que a COVID-19.

Os protestos globais desencadeados pela morte de George Floyd renovaram o apelo à responsabilidade policial na Nigéria e as pessoas começaram a compartilhar histórias de seus confrontos com policiais. Juntamente com as questões locais pré-existentes, o incidente estado-unidense que repercutiu globalmente realçou as vozes locais que se manifestavam contra a brutalidade policial.

Nelson Olanipekun, O Martelo dos Cidadãos, Nigéria



Após o assassinato de George Floyd, manifestantes protestam contra a brutalidade policial em frente ao Centro de Justiça e à Prefeitura de St. Louis, Missouri, Estados Unidos, em 1 de junho de 2020. © Michael B. Thomas/Getty Images

Em vários países, os protestos foram concebidos em torno da necessidade de manter um número reduzido de manifestantes e garantir o distanciamento. Um protesto do movimento Black Lives Matter na **Finlândia** se dispersou após uma hora e se dividiu em grupos menores que marcharam sob supervisão policial para respeitar os regulamentos de emergência, enquanto um protesto semelhante na **Letônia** foi limitado a um pequeno número de participantes para permitir o distanciamento. Os protestos virtuais do Black Lives Matter na **Suécia** incluíram um check-in em massa no Facebook na embaixada dos EUA, no qual mais de 40.000 pessoas participaram virtualmente. Na **República Dominicana**, uma comemoração simbólica em pequena escala foi organizada para manifestar solidariedade com os protestos do Black Lives Matter nos EUA e expressar raiva contra o racismo local.

Em reação aos eventos nos EUA, nos juntamos a outras OSCs para organizar uma comemoração. Não foi estritamente uma manifestação de protesto, pois foram impostas restrições às aglomerações públicas no contexto da pandemia da COVID-19, e respeitamos a quarentena obrigatória. E também não foi apenas uma demonstração de solidariedade, pois a morte de George Floyd havia ressoado em nosso contexto, onde vivemos situações semelhantes de abuso policial.

Junto com outras OSCs, organizamos uma atividade em memória de George Floyd. A ideia era fazer um ato ritual, uma grinalda coletiva. Nosso slogan era “Uma Flor para Floyd”, e era um convite para cada pessoa trazer, sempre que possível, uma flor e incluí-la como parte da oferenda. Nosso relato da morte de Floyd também fazia referência à violência policial e institucional que muitos negros, tanto migrantes como dominicanos, vivenciam na República Dominicana.

Elena Lorac, Reconoci.do, República Dominicana

Paralelamente a estas mobilizações, muitos outros movimentos encontraram novas e criativas formas de manter o protesto durante a crise. Novos métodos de protesto foram adotados na **Alemanha**, onde o grupo de solidariedade migrante Seebrücke chamaram as pessoas a mostrar sua solidariedade com os migrantes e refugiados presos em campos de refugiados na Grécia, pintando suas **pegadas** ou deixando sapatos em frente às instituições estatais. As pessoas também realizaram protestos solitários e formaram uma corrente humana de dois metros de distância.

Jovens ativistas do clima encontraram formas criativas de manter o ímpeto dos protestos que causaram tanto impacto em **2019**. Quando os planos para uma greve climática global em abril tiveram que mudar, o movimento climático alemão coletou mais de 1.000 **cartazes de greve** climática de todo o país e os colocou em frente ao Parlamento Federal Alemão. Dezenas de milhares de pessoas também somaram suas vozes em um protesto online. Na **Holanda**, os ativistas da Rebelião da Extinção (Extinction Rebellion), impedidos de levar em frente suas ações planejadas, coletaram mais de mil sapatos de todo o país e os colocaram do lado de fora do Parlamento do país. Greta Thunberg, que desencadeou o movimento Greves pelo Clima (FridaysForFuture), tomou uma rota alternativa quando as greves semanais não puderam mais ser realizadas, lançando uma série de **webinários** na sexta-feira, “conversas para o futuro”, enquanto também usava sua plataforma para encorajar os jovens a tomar precauções de segurança. Os jovens ativistas do clima **dos EUA** passaram a trabalhar através de contatos individuais, usando as mídias sociais para incentivar os jovens a votar, e a votar em candidatos comprometidos com a **ação climática**, nas eleições de novembro. Também nos EUA, os protestos Sextas-feiras com Simulação de Incêndio (“**Fire Drill**”) semanais passaram a ser feitos virtualmente, com a atriz **Jane Fonda** reformulando suas rotinas de exercícios dos anos 80 via TikTok para recrutar apoio para a ação climática.

O movimento **das sardinhas** em Itália chegou à proeminência em **2019** para lutar contra a maré de populismo de direita, racismo e xenofobia, empregando a tática de amontoar as pessoas nas praças públicas para demonstrar que não era apenas a extrema-direita que podia mobilizar as massas. Com o confinamento, tal tática se tornou impossível, e os ativistas precisaram encontrar meios



A Extinction Rebellion coloca centenas de sapatos na Puerta del Sol em Madrid, Espanha, representando as pessoas que não podem protestar por causa da pandemia.
© Denis Doyle/Getty Images



Um ativista do Fridays For Future ajuda a colocar milhares de pôsteres de protesto no gramado em frente ao Reichstag em Berlim, Alemanha.
© Sean Gallup/Getty Images

alternativos para manter a luta. Na cidade de **Bolonha**, o movimento encheu a praça pública não com pessoas, mas com 6.000 potes de ervas, e depois os vendeu na internet, entregando-os com segurança aos compradores por meio de bicicleta. O dinheiro arrecadado ajudou a sustentar as indústrias culturais locais afetadas pela quarentena. A ação manteve um protesto simbólico ao mesmo tempo em que proporcionou benefícios práticos para a comunidade. Os líderes do movimento das sardinhas também fizeram parte de **protestos sob distância social** liderados por Aoubakar Soumahoro, um organizador sindical que luta pelos direitos dos mais de 200.000 trabalhadores migrantes da Itália, chamados de “Os Invisíveis”. As restrições impostas durante o estado de emergência expuseram a terrível situação em que vivem os trabalhadores migrantes, mas também a dependência do país em relação a eles para a produção de alimentos. Os protestos destacaram os direitos negados a esses trabalhadores essenciais, e outros “invisíveis”, tais como os trabalhadores da saúde.

Pela primeira vez em décadas, não foi possível realizar uma marcha no dia 24 de março para comemorar o Dia Nacional da Memória pela Verdade e Justiça da **Argentina**, lembrando os crimes cometidos durante a ditadura. Como alternativa, as pessoas foram convidadas a mostrar seu apoio, drapejando lenços brancos das varandas e janelas, e o fizeram aos milhares, compartilhando imagens nas mídias sociais, enquanto as organizações de direitos humanos fizeram transmissões de eventos online. Táticas semelhantes foram adotadas no vizinho **Uruguai** quando a Marcha do Silêncio, que normalmente acontece no dia 20 de maio para exigir justiça para os detidos e desaparecidos durante a ditadura, não pôde ir adiante: as pessoas penduraram fotos, imagens e mensagens nas janelas, e **fotos** de centenas dos desaparecidos foram expostas de forma proeminente em áreas verdes em toda a capital. Na noite da comemoração, a organização **Vecinas en los Muros** (Vizinhos nos Muros) projetou imagens gigantescas dos desaparecidos nas paredes dos edifícios.

Em todo o mundo, as varandas se tornaram espaços chave para comunicar a solidariedade aos protestos, assim como o apreço pelos trabalhadores na linha de frente, uma prática que começou na **Espanha** e se espalhou por todo o mundo. Na **Sérvia**, o que começou em março como uma homenagem noturna para os trabalhadores da saúde, tornou-se um protesto contra o autoritarismo



Trabalhadores liderados pelo sindicalista Aoubakar Soumahoro reivindicam os direitos e a regularização dos trabalhadores migrantes em Roma, Itália, em 5 de julho de 2020. © Antonio Masiello/Getty Images



Em 28 de junho de 2020 em Palma de Mallorca, Espanha, pessoas protestaram pelos direitos das pessoas LGBTQI+, cumprindo as medidas de segurança.

© Joan Amengual/VIEWpress via Getty Images

em abril; no dia em que as eleições adiadas teriam sido realizadas, as pessoas ficaram às suas janelas cinco minutos mais, em um protesto sob distancia social sob o lema “Levante sua voz”: Ruído contra a ditadura”.

Os habituais painelaços, uma expressão tradicional de dissidência em muitos países da América Latina, foram realizados em numerosos países, e não apenas no **Chile** e na **Colômbia**, mas também na **Palestina**, onde um painelaço exigiu proteção para as mulheres após casos de femicídio e violência doméstica dispararam durante o confinamento. Também aconteceram painelaços no **Kosovo** e em Zagreb, capital da **Croácia**, onde as pessoas ficaram em suas portas e janelas batendo painelas e assobiando para protestar contra as políticas do prefeito, juntamente com protestos sob distancia social.

Muitas das Marchas do Orgulho LGBTQI+ programadas para junho tiveram que ser adiadas, inclusive na **Croácia**, onde ativistas LGBTQI+ organizaram um evento simbólico no qual pessoas praticando o distanciamento social ocuparam as praças públicas, insistindo em sua visibilidade mesmo em tempo de crise. Na **Ucrânia**, os ativistas LGBTQI+ exigiram reconhecimento usando um drone para anexar uma bandeira gigante do arco-íris ao Monumento à Pátria, um símbolo nacional chave. A Marcha do Orgulho de **Taiwan** foi uma das poucas que conseguiu avançar em julho, com muitas pessoas usando máscaras arco-íris. Os participantes levavam cartazes para homenagear as muitas cidades do mundo que não puderam realizar eventos do Orgulho LGBTQI+ em 2020.

Na Polônia, as medidas tomadas nos últimos anos pelo partido governista e por grupos conservadores para introduzir mais restrições às já rigorosas leis do aborto têm sido firmemente combatidas por protestos em larga escala, incluindo greves de mulheres. Quando o partido governista tentou **reintroduzir** projetos de lei contra o aborto e a educação sexual sob o pretexto da pandemia, os protestos em massa não eram mais uma opção, mas isso não impediu a **mobilização** das mulheres. O protesto tomou a forma de uma fila de loja com distanciamento social, uma atividade ainda permitida pelas regras de confinamento, com máscaras adicionadas aos emblemas renovados de protesto, cartazes e a roupa preta do movimento. Esta mobilização foi acompanhada por um protesto com bloqueio de trânsito e um contínuo “**protesto**

online de oito horas sem intervalo” que atingiu mais de 100.000 pessoas, permitindo que muitos comunicassem sua disposição contínua de resistir.

Organizamos protestos, o que foi uma loucura, por que como pode-se protestar durante uma pandemia quando não há permissão para se aglomerar? Por isso nos tornamos criativos: inventamos novas formas de protesto porque tínhamos que fazê-lo. Encenamos “protestos em fila”, separadas por dois metros de distância em uma fila do lado de fora de uma loja próxima ao edifício do Parlamento, para cumprir com os regulamentos do confinamento enquanto segurávamos placas e guarda-chuvas. Isto aconteceu em várias cidades, não apenas na capital, Varsóvia. Como não nos foi permitido andar livremente, também organizamos “protestos no carro”. Interrompemos o trânsito e bloqueamos a praça principal de Varsóvia por cerca de uma hora.

Estes protestos foram bastante eficazes. As emendas não prosseguiram e agora estão ‘congeladas’. Elas foram enviadas a uma comissão parlamentar, mas a comissão não está trabalhando nelas. Elas não foram rejeitadas nem aprovadas.

Klementyna Suchanow, Greve das Mulheres Polacas

Além dos protestos contra o aborto, os empresários poloneses **soaram** buzinas de carro, bloquearam estradas e acamparam do lado de fora do gabinete do primeiro-ministro para pedir maior apoio durante o confinamento. O uso de veículos como meio de protesto foi registrado em outros lugares, inclusive na **Hungria**, onde o Estado impôs uma das mais rigorosas séries de restrições às liberdades; as pessoas usavam semanalmente seus carros para protestar contra o tratamento de pacientes com outras doenças além da COVID-19 pelo sistema de saúde pública, correndo o risco de incorrer multas pesadas por fazê-lo. Nos EUA, ativistas do grupo de justiça de imigração Unidade Latina em Ação (Unidad Latina en Acción) e da organização de ação política judaica Ação Nunca

Mais Boston (Never Again Action Boston) se **reuniram** em seus veículos do lado de fora de um centro de detenção em Massachusetts, soando suas buzinas de carro para apoiar as demandas de pessoas detidas para ter melhores condições sanitárias e pedir a liberação de pessoas com condições de saúde. No **México**, revertendo a política normal em torno da migração, as pessoas bloquearam o tráfego na região fronteiriça no fim de semana do Dia da Independência dos EUA, exigindo medidas mais fortes na triagem das pessoas que entravam a partir dos EUA. Grupos da sociedade civil no **Paraguai** organizaram uma série de caravanas de veículos para protestar contra a suposta corrupção nas compras de equipamentos médicos. Um protesto contra as mudanças judiciais propostas em **Samoa** tomou a forma de uma procissão de veículos desde o aeroporto até o Parlamento.

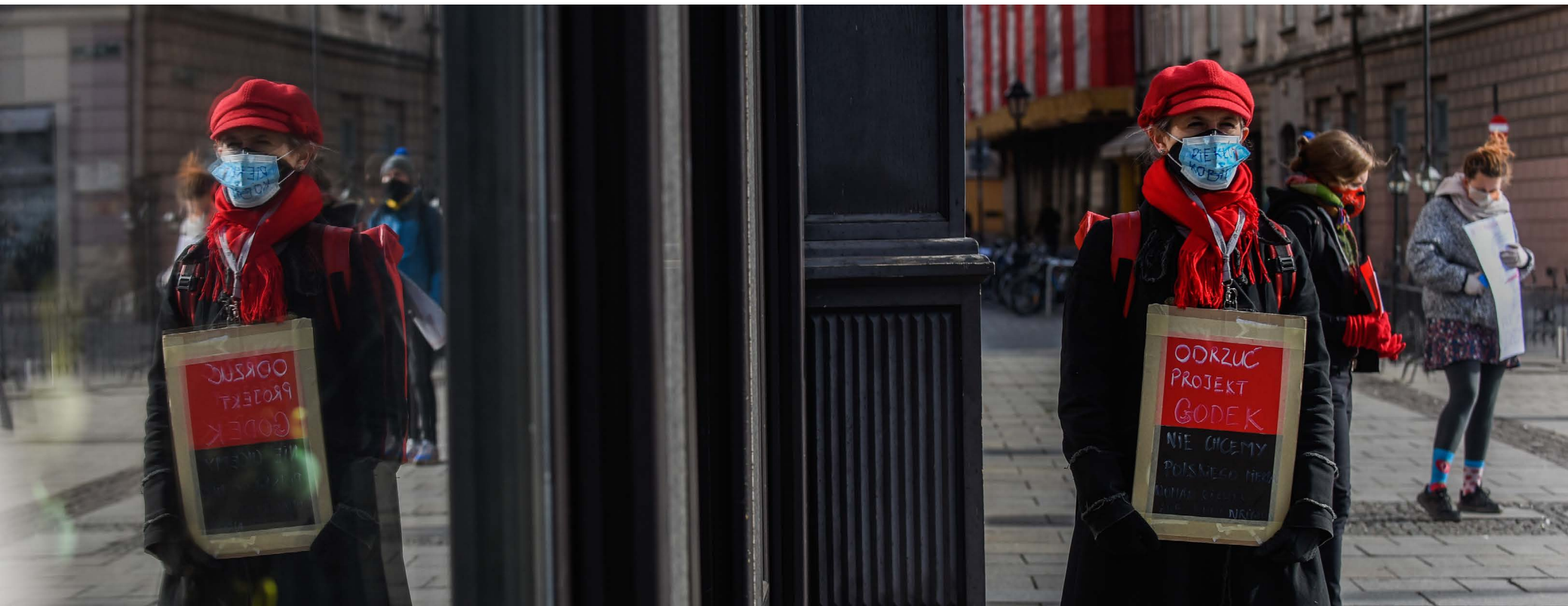
Os protestos antigovernamentais semanais na **Eslovênia** mobilizaram milhares de pessoas não em carros, mas em **bicicletas**, acompanhadas pelo som de buzinas e apitos; como no Paraguai, os protestos foram provocados por alegações de corrupção nas compras de equipamentos médicos. Também nos **EUA**, as bicicletas foram o veículo escolhido pelos 10.000 manifestantes que participaram de uma “bicicletada pela justiça” de 6,5 km de extensão por Manhattan, Nova Iorque, liderada pela Street Riders NYC, uma organização jovem, liderada por negros, mobilizada contra a brutalidade policial e o racismo sistêmico.

Muitas vezes acompanhando estes protestos do mundo real, a esfera digital também se tornou uma plataforma mais importante para protestos. Valentes jornalistas **turcos** organizaram um protesto virtual compartilhando vídeos em suas casas, pedindo a libertação de seus colegas presos e demonstrando que não seriam silenciados nem mesmo com o confinamento. A comemoração anual de **Hong Kong** do massacre na Praça Tiananmen também se tornou uma vigília online, enquanto pequenos grupos de pessoas - sob as medidas de emergência, apenas grupos de até oito pessoas eram autorizados a se reunir - acenderam velas nos parques. Os protestos online nos **EUA** incluíram um comício virtual para pedir a suspensão de despejos, execuções de hipotecas e cortes de serviços públicos durante o confinamento. A arte de protesto, uma parte essencial dos protestos em andamento para a mudança política e econômica no **Chile**, foi transferida para o âmbito online com a criação de

um mural virtual de protesto, enquanto imagens de protesto eram projetadas em edifícios na capital, Santiago. Na cidade de Rostov-on-Don, na **Rússia**, os manifestantes exploraram uma função que permitia que as pessoas se identificassem em um mapa online, marcando-se como praças públicas lotadas, embora na realidade essas praças permanecessem vazias. A tática se espalhou rapidamente para outras cidades russas.

Estes protestos, em todas as suas modalidades, não apenas exigiram direitos e chamaram a atenção para questões urgentes; também indicaram uma

necessidade humana contínua de ação coletiva e solidariedade social, e uma determinação de não se tornar invisível pelo isolamento. Foram parte de um **conjunto** que incluiu as muitas expressões não políticas de pertencimento comunitário, como os cartazes demonstrando solidariedade em janelas e varandas, apresentações musicais e cantos distanciados, e aplausos e comemorações em massa. Durante estes tempos difíceis, os protestos ofereceram um meio de pertencer e criar conexões humanas, e é por isso que muitos protestos, mesmo que distantes ou virtuais, tiveram uma tonalidade festiva e celebratória. Durante a pandemia, as pessoas não apenas mostraram que o protesto ainda era possível: elas provaram que ele era necessário.



Ativistas pelos direitos ao aborto protestam em frente a um supermercado na praça principal de Cracóvia em 15 de abril de 2020, em reação a um projeto de lei apresentado pelo governo polonês para acabar com o aborto legal e criminalizar a educação sexual. © Omar Marques/Getty Images

CONSTRUINDO COALIZÕES E PARCERIAS

A crise exigiu respostas novas e intensificadas, e parcerias e conexões que permitissem essas respostas. Muitas das ações descritas neste relatório foram sustentadas pela colaboração entre grupos e organizações da sociedade civil de diferentes tipos que trabalham em diversos campos, aproveitando as redes e coalizões existentes e forjando novas para responder à pandemia. A sociedade civil mobilizou parcerias, incluindo muitas que chegaram além das fronteiras e, sempre que possível, com órgãos estatais e do setor privado. Em vários contextos, redes e parcerias foram formadas para promover mudanças e recuperações duradouras, motivadas pela construção de **um mundo pós-pandêmico melhor**, que corrija as injustiças expostas e exacerbadas pela emergência.

Na Etiópia, a sociedade civil formou uma equipe nacional das OSCs, que ajudou a levantar fundos para uma resposta à pandemia. A **Associação de Mulheres Democráticas da Tunísia** trabalhou para estabelecer uma coalizão com a Liga Tunisiana de Direitos Humanos, o sindicato de jornalistas e outras organizações para ajudar a abordar os impactos da pandemia nos direitos humanos. Em toda a Ásia, o **Pacto dos Povos Indígenas Asiáticos** informa, uma rede regional se formou para coordenar a resposta da COVID-19, avaliar as necessidades e ajudar a atender às necessidades a longo prazo que surgirão a partir deste momento.

A cooperação e a parceria se manifestaram por meio de plataformas conjuntas para permitir uma melhor coordenação. Uma nova plataforma, **Solidariedade para a Ação**, foi lançada na República Centro-Africana para coordenar esforços de apoio às pessoas vivendo com HIV/AIDS, malária e tuberculose, pessoas LGBTQI+ e trabalhadores sexuais durante a pandemia, incentivando uma resposta conjunta. Na **Malásia**, surgiram plataformas online para conectar pessoas que se voluntariam para ajudar com os

pedidos de ajuda da comunidade. Novas iniciativas para compartilhar habilidades entre a sociedade civil também foram observadas: organizações da sociedade civil com forte formação tecnológica **relataram** que outras organizações da sociedade civil haviam solicitado apoio para desenvolver as habilidades de trabalho remoto necessárias durante a pandemia.

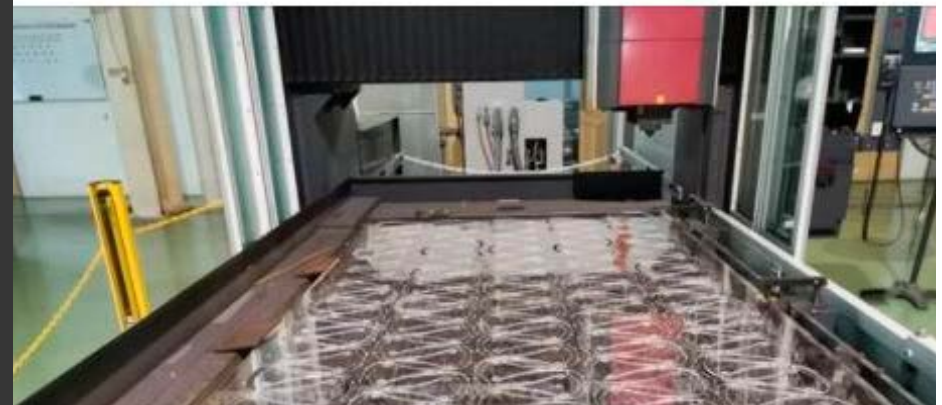


Open Source Community Fight Against COVID 19 - Malaysia

March 27 · 🌐

Universiti Teknikal Malaysia Melaka (UTeM) just started their laser cutting. Targeting to produce 600 units. We will need some more 4m acrylics. Wonder where can we source them.

Can someone help?



Na Malásia, os entusiastas da tecnologia se conectam por meio de um grupo do Facebook para produzir equipamentos de proteção e garantir sua distribuição.
© Comunidade de código aberto luta contra COVID-19/Facebook

No **México**, as parcerias com o setor privado, sobretudo as empresas de transporte, foram uma parte importante da resposta para atender à crescente demanda pelo resgate das mulheres vítimas de violência doméstica durante o confinamento. Ao lado desta valiosa parceria, houve uma coordenação entre as diversas organizações da sociedade civil, já que mais de 40 grupos feministas se reuniram, apoiados por uma petição assinada por milhares de pessoas, para pedir aos governos federal e estadual que garantam a segurança de mulheres, meninas e meninos durante a pandemia.

A **Argentina** testemunhou o lançamento de uma nova parceria liderada pela sociedade civil, trabalhando com mulheres líderes nos negócios e em outras esferas, comprometidas em desafiar a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Devido ao aumento da lacuna de gênero no contexto da pandemia, a Agenda para a Igualdade considera que este é um momento essencial para desafiar a desigualdade e visa assegurar que a recuperação pós-pandemia promova o emprego feminino e reequilibre o trabalho de cuidado não remunerado. Desde o lançamento, 1.500 líderes aderiram à iniciativa. Isto apresenta outro exemplo de como as ideias da sociedade civil poderiam avançar rapidamente e ganhar apoio durante a crise.

A Agenda para a Igualdade foi lançada no dia 30 de julho. Foi inicialmente apoiada por 200 mulheres líderes do meio acadêmico, sociedade civil, sindicatos e empresas de todos os tipos, de multinacionais a pequenas e médias empresas e cooperativas. Uma vez tornada pública, a iniciativa foi aberta para assinatura, e hoje conta com o apoio de 1.500 líderes, de vários gêneros, de todo o país e de diversos setores.

A Agenda foi elaborada muito rapidamente: todo o processo, desde o início das conversas até o lançamento público da iniciativa com suas 12 propostas, levou apenas cerca de duas semanas. Agora estamos pensando em como nos organizar em torno da iniciativa e criar e gerar sinergias com outros grupos.

Gala Díaz Langou, Centro para a Implementação de Políticas Públicas para Equidade e Crescimento, Argentina

NUTRINDO A LIDERANÇA COMUNITÁRIA

As parcerias mais importantes das OSCs foram aquelas com as comunidades diretamente afetadas pela crise. Em múltiplos contextos, as OSCs entenderam que, embora tivessem um papel primordial a desempenhar no atendimento às necessidades e na defesa dos direitos, as respostas seriam mais eficazes e atenderiam melhor às necessidades locais se envolvessem e capacitassem líderes comunitários e voluntários. Ao investir na liderança comunitária e no voluntariado, as OSCs respeitaram, aplicaram e possibilitaram ainda mais

o conhecimento e a resiliência locais. Esta abordagem poderia oferecer um contrapeso essencial aos métodos adotados pelos Estados, que frequentemente não reconheceram e habilitaram a liderança local; ao invés disso, centralizaram e concentraram o poder político e adotaram abordagens securitizadas e militarizadas de implementação com regras de emergência.

Na **Malásia**, isto significava treinar líderes comunitários para que tivessem a habilidade de se conectar com as plataformas que ofereciam apoio e fossem capazes de articular as necessidades de suas comunidades. Na RDC, a

BIFERD treinou mais de 50 voluntários locais para ajudar a liderar a resposta, e a Visão Ativa (**Active Vision**) ajudou os jovens líderes dos bairros mais afetados pela pobreza na quarentena para desenvolver estratégias de negociação e incidência. Da mesma forma, na **África do Sul**, a Fundação Democracy Works treinou OSCs comunitárias e ajudou-as a desenvolver ferramentas para melhor defender suas preocupações e as das pessoas com quem trabalham, enquanto outra OSC, a **Grassroot**, concentrou-se em conectar e treinar organizadores comunitários no WhatsApp.

Medidas de confinamento em províncias pobres criaram uma crise alimentar sem precedentes e foi fundamental para as comunidades locais poder negociar medidas de contenção e cooperar com as autoridades, para que as pessoas pudessem continuar a trabalhar enquanto se mantinham seguras. Treinamos jovens líderes locais nas áreas atingidas pela pobreza e os equipamos com estratégias de incidência e negociação para ajudá-los a cooperar com as autoridades na adaptação das medidas de contenção ao seu contexto.

Gedeon Muzigirwa Cizungu, Visão Ativa, RDC

Também na **Argentina**, várias OSCs se uniram para desenvolver e oferecer treinamento a mais de 90 líderes comunitários. O treinamento cobriu a prevenção da COVID-19, informações legais sobre o cumprimento do confinamento, conscientização sobre programas de assistência, prevenção da violência e orientação sobre refeitórios sociais. O objetivo era reconhecer o papel-chave dos líderes de base e ajudá-los a desenvolver o conhecimento necessário para liderar a resposta e disseminar a conscientização em suas comunidades.

A sociedade civil nos Camarões aumentou a eficácia das suas mensagens e o alcance comunitário reconhecendo o importante papel desempenhado pelos

líderes religiosos e trabalhando com eles para fomentar o envolvimento da comunidade, prevenir o estigma e a discriminação, e incentivar o respeito aos direitos humanos.

Divulgamos mensagens positivas para promover o envolvimento da comunidade na luta contra o estigma e a discriminação relacionados à COVID-19. Foram estabelecidos diálogos com múltiplas partes interessadas, reunindo todas as denominações religiosas, para evitar violações dos direitos humanos resultantes das medidas de quarentena aplicadas às pessoas infectadas. Os líderes religiosos foram decisivos na conscientização durante os rituais fúnebres, que foram realizados seguindo as diretrizes nacionais e permitindo que as comunidades enterrem seus mortos com dignidade.

Pierre Fridolin Beng Sanding, Camarões

Estes e muitos outros exemplos apontaram para uma lição importante: confiar e capacitar as pessoas.

O impacto potencial parecia sombrio e, se não tivéssemos depositado nossa confiança nas pessoas e nas comunidades, os esforços que fizemos teriam sido muito menos bem-sucedidos. O auxílio tinha que ser eficiente e a chave do sucesso era colocar nossa confiança nos voluntários da comunidade para fazer o trabalho, por exemplo, na Malásia e na Tailândia. Quaisquer que fossem os recursos gerados eram transferidos para eles e eles reportavam sobre as ações realizadas por telefone ou outros meios disponíveis para eles.

Gam Shimray, Pacto dos Povos Indígenas Asiáticos

LIGANDO OS PONTOS: UMA RESPOSTA INTEGRADA PARA PROTEGER MIGRANTES E REFUGIADOS NA MALÁSIA

A Iniciativa Norte-Sul, uma OSC que ajuda a construir habilidades de incidência e liderança entre migrantes, refugiados e apátridas na Malásia, ampliou seu acervo de intervenções para ajudar a atender a uma série de necessidades durante a pandemia. Seu diretor executivo, **Adrian Pereira**, explica como a organização e outras OSCs da Malásia combinaram táticas e complementaram os esforços umas das outras para garantir que migrantes e refugiados pudessem fazer valer seus direitos.

Estamos treinando líderes migrantes para garantir que suas comunidades tenham acesso a redes de serviços e para que possam fornecer informações precisas sobre as necessidades comunitárias aos prestadores de serviços. Algumas redes públicas, como o grupo Agentes de Cuidados da Malásia (Care Mongering Malaysia), estão provando ser uma plataforma para que os malaios possam ajudar os migrantes e refugiados necessitados. Esta é uma plataforma online que liga aqueles que precisam de ajuda com aqueles que podem fornecer o serviço.

Os templos Sikh estão fornecendo mercearias e almoços embalados. Muitas outras OSCs estão trabalhando arduamente com as comunidades para fornecer mantimentos. Os trabalhadores migrantes podem chamá-los quando precisam de assistência para conseguir alimentos.

Estamos criando uma rede para garantir que os serviços possam ser prestados a longo prazo, pois prevemos que os problemas continuem por muitos meses. Muitos trabalhadores migrantes permanecerão e

precisarão de ajuda, por isso estamos desenvolvendo uma cadeia de suprimentos para apoiá-los.

Estamos assegurando que os migrantes recebam informações precisas de órgãos globais como a OIM, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Agência das Nações Unidas para Refugiados e também das várias agências governamentais relacionadas à saúde, trabalho, segurança e bem-estar. Isto inclui o fornecimento de informações através de infográficos sobre serviços de aconselhamento e sobre questões de saúde em diferentes idiomas.

Também estamos combatendo a desinformação relacionada aos trabalhadores migrantes e refugiados. Tem havido muito fomento do medo, culpando-os pela disseminação do vírus.

Também estamos encorajando os migrantes a procurar tratamento médico se estiverem doentes e a monitorar empregadores que estão aproveitando a situação atual e cometendo delitos trabalhistas, particularmente porque as ordens de controle de movimento restringiram em parte o trabalho dos advogados de fornecer representação legal e assistência jurídica.

Outras OSCs estão fornecendo aconselhamento, distribuindo alimentos, arrecadando fundos, monitorando o tráfico humano, prestando serviços sensíveis às questões de gênero e relacionados à maternidade e atendendo às necessidades das mulheres.

AJUDANDO-SE MUTUAMENTE

A história acima tem sido, repetidamente, uma das formas como as organizações da sociedade civil se reestruturaram para fornecer ajuda rapidamente, provando seu valor. As pessoas se voltaram para as OSCs com a expectativa de que elas forneceriam ajuda essencial e defenderiam seus direitos. Em alguns contextos, essas expectativas se refletiram no aumento do

número de membros de grupos da sociedade civil. As associações estudantis na **Holanda** viram um aumento acentuado de novos membros, apesar de muita atividade estudantil ter se transferido para o ambiente online durante a pandemia. Vários países viram um crescimento na filiação a sindicatos, à medida que as pessoas mostraram um interesse renovado em ações coletivas para defender os direitos trabalhistas. Na **Suécia**, somente em março, o sindicato de empregados comerciais ganhou cerca de 5.000 novos membros.



Voluntários de bancos de alimentos separam sacos de comida para distribuição no Mercado de Produtos Frescos de Springs, a leste de Joanesburgo, África do Sul, em 21 de maio de 2020. © Waldo Swiegers/Bloomberg via Getty Images



A comida é preparada e servida por meio de uma cortina protetora em um refeitório comunitário no bairro de Lo Hermida em Santiago, Chile. © Tamara Merino/Bloomberg via Getty Images

Em vários países, inclusive naqueles que sofreram reduções de filiação no passado recente e naqueles onde a filiação já é forte, o papel fundamental desempenhado pelos sindicatos na defesa do emprego e dos salários e na campanha por saúde e segurança no trabalho levou a ganhos de filiação. Os trabalhadores têm visto mais claramente a importância da filiação a sindicatos para protegê-los contra inadequações na gestão e violações de seus direitos mais fundamentais.

Owen Tudor, Confederação Sindical Internacional

Mas não foram apenas as OSCs estabelecidas que se esforçaram para fornecer ajuda. A resposta à pandemia viu surgir novas iniciativas de ajuda mútua a nível comunitário em numerosos lugares, proporcionando respostas efetivas que, sem dúvida, salvaram vidas e defenderam direitos. Como os contínuos protestos, estas novas iniciativas demonstraram a necessidade de solidariedade em meio à crise e a vontade de fomentar essa solidariedade voluntariamente. Ao colocar ênfase no apoio mútuo, elas desafiaram os desequilíbrios de poder que podem existir nas relações de caridade. Mostraram que, em face de uma crise, as comunidades podem ter uma resistência considerável e oferecer suas próprias soluções.

Em Melbourne, Austrália, quando um conjunto habitacional foi colocado sob um confinamento especial após um surto localizado, os residentes desenvolveram uma ficha de informações online sobre a medida, a traduziram em 10 idiomas e a distribuíram por todo o conjunto através de mensagens de texto e das redes sociais - tudo isso em 24 horas. As pessoas se reuniram para fazer um trabalho que a burocracia governamental teria achado muito complexo, com o objetivo de fomentar o cumprimento local, criar confiança entre os residentes e os trabalhadores da saúde, evitar o confronto com as forças de segurança que haviam chegado para impor o confinamento com pouco aviso ou explicação prévia, e demonstrar que os residentes do conjunto tinham suas próprias fontes de conhecimento e resiliência.

Os povos indígenas desenvolveram grupos de ajuda mútua nos EUA, criando bancos alimentares alternativos e cadeias de abastecimento, à medida que as mercearias eram esvaziadas por compras estimuladas pelo pânico, apoiadas por um rápido financiamento coletivo. A resposta também levou ao desenvolvimento de estações comunitárias para facilitar a higiene básica das pessoas sem acesso à infraestrutura essencial, em um modelo que foi desenvolvido e promovido em todo o território dos EUA.

Quando ficou claro que a ajuda não viria do governo, os moradores das favelas do Brasil se organizaram para se sustentarem. Em Paraisópolis, a maior favela de São Paulo, os moradores designaram centenas de “presidentes de rua”, com o papel de ajudar seus vizinhos a garantir alimentos, auxílio e assistência médica. Em alguns dos bairros mais afetados do Brasil, líderes comunitários contrataram suas próprias ambulâncias, criaram fundos-desemprego e construíram bancos de dados para rastrear casos que, de outra forma, não seriam contabilizados. Os moradores locais formaram uma rede de solidariedade de vizinhança em Lisboa, Portugal, para usar um prédio desocupado para fornecer comida, abrigo e proteção às pessoas em situação de pobreza, insegurança e desabrigo; entretanto, depois de um mês foram despejados à força, deixando o prédio vazio novamente.

A Venezuela, passando por crises econômicas, políticas, humanitárias e sanitárias sobrepostas antes da pandemia, foi duramente atingida. Mas mesmo nesta situação, uma resposta voluntária ajudou a produzir máscaras para trabalhadores da saúde e a coletar medicamentos não utilizados para hospitais com falta de suprimentos. Outra iniciativa venezuelana, o Programa Bom Vizinho, foi criada para entregar alimentos a pessoas idosas na capital, Caracas, muitos dos quais vivem sozinhos desde que suas famílias se mudaram recentemente para o exterior para procurar trabalho. Este novo grupo estabeleceu parcerias com restaurantes locais para distribuir os alimentos que não puderam vender, e pessoas com motocicletas se voluntariaram para entregar alimentos; o grupo então ampliou seu programa de apoio assegurando doações de OSCs e empresas, enquanto sua crescente presença nas mídias sociais levou a mais ofertas de doações. Iniciativas similares envolvendo pessoas

comprando alimentos no atacado, preparando refeições e distribuindo-as para os necessitados surgiram em toda a América Latina.

Apelamos para a generosidade do povo. Com materiais e tecidos não utilizados e doações solicitadas de empresas privadas, utilizando as máquinas de costura disponíveis, nossos voluntários produziram artigos de proteção. Muitas pessoas doaram seus medicamentos não utilizados e nós recebemos doações de empresas privadas para hospitais.

Magaly Eugenia Miliani, Unidos pela Ajuda Médica, Venezuela

O Irã também foi duramente atingido pela pandemia, com seus impactos agravados pela crise econômica, pelas sanções internacionais e por um governo muitas vezes **hostil** às exigências das pessoas. Na cidade de **Shiraz**, formou-se um esforço voluntário para desinfetar os bairros e fabricar máscaras e desinfetante. Em Lagos, Nigéria, **centenas** de iniciativas voluntárias, muitas delas formadas por jovens, surgiram para garantir que as pessoas recebessem alimentos, produtos sanitários e outros produtos essenciais. Na África do Sul, sob rigorosas condições de confinamento, a população local lançou a iniciativa Juntos pela Cidade do Cabo (**Cape Town Together**) para encorajar os bairros a se auto organizarem, reunindo pessoas que antes não haviam cooperado para compartilhar suas experiências e recursos.

As iniciativas individuais podem fazer a diferença. No populoso município de Chitungwiza, nos arredores de Harare, **Zimbábue**, Samantha Murozoki iniciou um programa de alimentação depois que um vizinho lhe disse que sua família tinha ido dormir com fome quando todas as fontes de renda secaram durante o confinamento. Com a ajuda de voluntários, ela começou a servir mais de 100 refeições quentes diariamente, e sua atuação cresceu à medida que ela recebia apoio através das **mídias sociais**.

Muitas comunidades tomaram a iniciativa de implementar seus próprios

confinamentos e restrições ao contato externo; as pessoas muitas vezes assumiram a responsabilidade de ficar em quarentena e isolar-se, mesmo na ausência de conselhos ou ordens oficiais. Algumas **comunidades** puderam utilizar medicamentos e práticas de saúde tradicionais e locais como forma de ajudar a prevenir a propagação do vírus. As comunidades, quando tinham comida, contribuíam com apoio alimentar para os necessitados e algumas criavam esquemas locais de troca de alimentos; algumas comunidades indígenas, por exemplo, tinham sistemas de produção de alimentos e gestão de recursos naturais há muito tempo estabelecidos, o que significava que não precisavam de entregas de alimentos. Para elas, a crise foi também uma oportunidade para destacar a importância da gestão local dos recursos agrícolas e naturais.



Placas improvisadas lembram aos moradores de uma favela em Manila, Filipinas, que devem ficar em casa durante o confinamento ordenado pelo governo em 4 de maio de 2020. © Ezra Acayan/Getty Images

Estas foram histórias para se inspirar e sublinhar a importância de permitir e fomentar a auto governança local que pode ajudar a construir as habilidades que proporcionam resiliência em tempos de crise. O surgimento de novas iniciativas indicou que o potencial de ação cívica sempre existe; mesmo em circunstâncias aparentemente pouco promissoras, ele pode estar presente, talvez latente e à espera de um problema ou evento que o ative. A crise foi um lembrete de nossa capacidade, como pessoas em conexão com outras pessoas, de abrir espaços locais e estabelecer bases de apoio, e da necessidade de olhar além dos modelos organizacionais tradicionais para entender o que é a sociedade civil e como ela está agindo para sustentar pessoas e comunidades.

Para as OSCs estabelecidas, foi necessário procurar compreender e possibilitar práticas de resposta voluntária, muitas vezes embutidas nas culturas e tradições locais, e estar sempre abertas a trabalhar com novos aliados e parceiros e de novas maneiras. As respostas à pandemia também ofereceram um lembrete de que cada crise pode trazer pessoas para a participação pela primeira vez, e há uma necessidade correspondente de que as OSCs se envolvam com pessoas recém mobilizadas e ajudem a cultivar a confiança e competência de sua participação. Se como sociedade civil pudermos fazer isso, teremos a capacidade de sair na frente e florescer após a crise atual, e então enfrentar a próxima crise que virá.



Uma equipe médica de emergência contratada pelo Sindicato dos Moradores e Comerciantes da favela de Paraisópolis de São Paulo, Brasil, atende a uma emergência em 15 de abril de 2020. © Rodrigo Capote/Bloomberg via Getty Images



Em Miami, Flórida, Estados Unidos, as pessoas colocam mantimentos em uma geladeira comunitária para que qualquer pessoa que precisar possa levá-los gratuitamente. © Joe Raedle/Getty Images

Este relatório apresenta um apanhado geral, que chega num momento em que muitos de nós ainda vivemos em condições fortemente moldadas pela pandemia e que continuarão assim por algum tempo. Ainda há muito a aprender sobre os impactos da pandemia e as medidas tomadas para enfrentá-la, e o que estas dizem sobre como nossas sociedades são ordenadas. Parte deste aprendizado só se tornará aparente quando o vírus tiver sido derrotado e suas consequências vivenciadas. No entanto, é possível extrair algumas lições iniciais baseadas na resposta da sociedade civil à crise atual, que podem nos ajudar a todos a enfrentar melhor a situação atual, melhorar o mundo em que vivemos após a pandemia e nos tornarmos mais bem equipados para enfrentar a próxima crise.

SOCIEDADE CIVIL

As restrições de direitos introduzidas durante a pandemia não devem se tornar permanentes, e na reconstrução pós-pandemia não se pode perder as oportunidades para enfrentar os problemas profundamente enraizados que a crise revelou e exacerbou.

A sociedade civil deve continuar trabalhando para assegurar que os direitos humanos sejam colocados no centro da resposta à pandemia em andamento, e que todas as restrições ao espaço cívico e aos direitos humanos impostas sob condições de emergência sejam revertidas o mais rápido possível.

A sociedade civil deve continuar a influenciar os Estados para desenvolver e implementar políticas públicas, em resposta à pandemia e para a **recuperação pós-pandemia**, que protejam os grupos vulneráveis e excluídos, defendam as liberdades democráticas e façam avançar a justiça social, econômica e climática. A sociedade civil poderia promover políticas para:

- revocar as restrições de direitos introduzidas no âmbito da emergência, com o respaldo de ações legais quando necessário e possível;
- desenvolver estratégias para combater a desinformação, as teorias conspiratórias e os discursos de ódio, tais como serviços imparciais de verificação de fatos, refutações rápidas e diretrizes para relatórios;

- promover melhores iniciativas de saúde pública para combater o ressurgimento da pandemia e de outras doenças, e incentivar comportamentos mais seguros;
- providenciar assistência pública para aqueles que já foram excluídos e que sofreram os piores efeitos da pandemia;
- apoiar as pessoas que perderam empregos e rendimentos, incluindo os trabalhadores informais e ocasionais;
- reconhecer e recompensar os trabalhadores da linha de frente, tais como trabalhadores da área da saúde, do saneamento, da limpeza e aqueles que cultivam, produzem e distribuem alimentos e outros bens essenciais;
- aproveitar esquemas de apoio introduzidos durante a pandemia, avançando em direção ao estabelecimento de redes de segurança social permanentes, cuidados de saúde universais, benefícios de desemprego e uma renda básica universal;
- dirigir apoio a pequenas empresas, startups e empresas sociais, em vez de corporações gigantes;
- vincular o apoio empresarial a melhores práticas trabalhistas e ambientais;
- evitar que gigantes farmacêuticos e outras corporações lucrem com a pandemia e suas consequências;
- tomar medidas urgentes para enfrentar a atual crise climática, inclusive através de propostas como o “Novo Acordo Verde” (“Green New Deal”) que também promovem a recuperação sustentável pós-pandemia.

Em nível global, a sociedade civil deve se engajar com instituições internacionais para promover maior ação coletiva sobre os desafios expostos pela pandemia, incluindo respostas para:

- aumentar a ajuda aos países do Sul global gravemente atingidos, e garantir a continuação da ajuda dos países do Norte global em um momento em que ela está sob ameaça renovada;
- promover o cancelamento de dívidas para que os países economicamente mais fracos possam redirecionar recursos para o enfrentamento da pandemia e a reconstrução pós-pandêmica;

- assegurar acesso justo a medicamentos para tratamento e vacinas para todos os países e populações, e impedir o estreito controle nacional de quaisquer vacinas que sejam desenvolvidas.

O conhecimento, a liderança e as capacidades locais fizeram uma diferença vital na forma como as pessoas vivenciaram e sobreviveram à crise.

As OSCs devem continuar a trabalhar para desenvolver habilidades de resposta rápida e conexões com as comunidades locais, líderes e fontes de resiliência, e fortalecer os laços entre o trabalho de incidência de alto nível e o engajamento comunitário.

A experiência da sociedade civil mostrou que as coalizões e parcerias podem ser eficazes e permitir o engajamento em múltiplas frentes.

A sociedade civil deve continuar buscando a construção de redes, coalizões e parcerias dentro e fora da sociedade civil a fim de desenvolver a resiliência às crises, defender direitos e exigir uma recuperação socialmente justa e baseada em direitos. As parcerias potenciais incluem aquelas com sindicatos e profissões recém mobilizadas, tais como trabalhadores da saúde, para defender os direitos trabalhistas; com empresas de tecnologia para combater a desinformação e permitir que as mídias sociais sejam utilizadas para o bem social; e com agências governamentais locais para desenvolver capacidades de resposta a crises a nível comunitário.



Manifestantes em Berlim, Alemanha, exigem a evacuação imediata dos campos de refugiados nas ilhas gregas em 20 de setembro de 2020, depois que um incêndio no campo de Moria em Lesbos deixou 13 mil desabrigados. © Omer Messinger/Getty Images

ESTADOS

Os Estados tiveram um poderoso papel a desempenhar na abordagem da crise, e diferentes experiências em diferentes países mostraram como era importante que os Estados tomassem as decisões corretas, e o papel vital que a parceria e o engajamento com a sociedade civil deveriam desempenhar na formação e na garantia de responsabilidade sobre essas decisões.

Os Estados devem permitir um espaço cívico aberto, remover todas as novas restrições na primeira oportunidade possível e reconhecer todas as múltiplas e interligadas funções da sociedade civil - entre elas a prestação de serviços e informações, o monitoramento dos direitos, a incidência e a realização de campanhas, a mobilização e a capacitação das pessoas e a responsabilização pela tomada de decisões - como parte essencial de uma resposta de crise robusta e inclusiva. Os Estados devem reconhecer publicamente as contribuições vitais da sociedade civil para a resposta e recuperação. Como parte desse reconhecimento, os Estados devem incluir a sociedade civil entre os beneficiários de medidas de ajuda e reconstrução, inclusive através de apoio operacional, pacotes de estímulo, subsídios salariais e esquemas de acesso ao crédito. Os Estados devem direcionar parte de seu apoio financeiro de emergência para sustentar e capacitar a sociedade civil, envolver a sociedade civil em parcerias, forças-tarefas nacionais e conselhos consultivos e compartilhar todas as informações relevantes com a sociedade civil.

DOADORES

Os doadores podem fazer a diferença reconhecendo e fomentando os papéis essenciais da sociedade civil e podem ajudar a capacitar e sustentar uma gama diversificada de grupos e ações da sociedade civil.

Os doadores devem ser flexíveis com **seu apoio à sociedade civil** durante o período atual e, de forma geral, em tempos de crise, e permitir a rápida implementação das capacidades das OSCs para a resposta na linha de frente. Isto implica em orientar um maior apoio direto para as OSCs do

Sul global, particularmente as mais próximas às comunidades, e fornecer apoio institucional. Há também a necessidade de disponibilizar linhas de financiamento rápidas e flexíveis, fomentar estruturas escaláveis de apoio da sociedade civil do Sul global, remover barreiras à captação de recursos e fornecer apoio não-financeiro e financeiro. Entre outras respostas, os doadores devem trabalhar para:

- remover restrições e ampliar o valor e as contribuições da sociedade civil;
- apoiar a sociedade civil para cobrir e reduzir seus custos operacionais;
- tornar mais flexíveis os requisitos regulamentários para as OSC que recebem financiamento;
- incluir a sociedade civil nos fundos de estímulo e subsídio para COVID-19;
- desenvolver a infraestrutura de longo prazo necessária para ampliar os esforços da sociedade civil;
- capacitar a sociedade civil para desenvolver alternativas sustentáveis aos desafios expostos pela pandemia.

A MÍDIA

Nunca foi tão importante contar com informações precisas sobre a atuação do vírus, como proteger as pessoas e como buscar ajuda para os sintomas, mas muitas vezes a desinformação foi sua própria pandemia.

A mídia deve trabalhar com a sociedade civil para ajudar a compartilhar informações precisas e verificadas de forma que diferentes grupos populacionais possam facilmente entender, e para combater a desinformação, as teorias conspiratórias e os discursos de ódio. Os líderes comunitários devem ser reconhecidos como valiosas fontes de conhecimento local e as OSCs como reservatórios de conhecimento especializado para complementar as opiniões oficiais dos porta-vozes do Estado. As OSCs e a mídia devem trabalhar juntas para compartilhar as muitas histórias inspiradoras de ação cívica e resposta a nível local em meio à crise.

INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS

A pandemia mostrou como os grandes desafios podem cruzar fronteiras e ir além do escopo do que pode ser enfrentado por qualquer Estado. Os motivos para a cooperação internacional foram testados e demonstrados, mas os desafios da cooperação internacional também ficaram esclarecidos.

As instituições internacionais devem trabalhar para permitir a participação plena e diversificada da sociedade civil em seus processos, inclusive através de

meios virtuais, e para monitorar e responsabilizar os Estados que têm restrito excessivamente os direitos durante a pandemia. Com a OMS sob os holofotes, a sociedade civil deveria estar totalmente engajada em ajudar a garantir o aprendizado sobre onde resposta desta instituição foi bem-sucedida e onde poderia ter feito melhor. As instituições internacionais deveriam trabalhar mais próximo da sociedade civil para promover o valor da cooperação internacional e construir maior apoio ao desenvolvimento de instituições internacionais mais fortes, mais eficazes e, crucialmente, mais democráticas, equipadas para enfrentar os muitos problemas que não podem ser resolvidos pelos Estados.



Funcionários da Organização Mundial da Saúde em entrevista coletiva em Genebra, Suíça, pouco antes da declaração da pandemia COVID-19.

© Stefan Wermuth/Bloomberg via Getty Images

ENTREVISTAS

- Hamilk Chahin e Addys Then Marte, “República Dominicana: Puede que tengamos por delante una época de cambios positivos”, 4 de agosto de 2020
- Ephraim Chimwaza, “Malawi: Girls need protection against COVID-19, and against endemic violations of their rights”, 22 de junho de 2020
- Gala Díaz Langou, “COVID-19: Necesitamos políticas públicas que reduzcan y redistribuyan el trabajo de cuidado no remunerado”, 12 de agosto de 2020
- Elif Ege, “Turkey: If we withdraw from Istanbul Convention, it means we don’t believe in gender equality”, 10 de agosto de 2020
- Wendy Figueroa, “México: Las violencias contra las mujeres son una pandemia histórica”, 24 de junho de 2020
- Marcela Guillibrand, “Chile: Este histórico momento constituyente es un logro de la ciudadanía”, 4 de setembro de 2020
- Michael Kaiyatsa, “Malawi: Civil society expects new government to place rights at the top of its agenda”, 5 de agosto de 2020
- Ramy Khouili, “Tunisia: The official response has failed to consider the gendered aspects of the pandemic”, 1 de julho de 2020
- Krisztina Kolos Orbán, “Hungary: Trans people are having our rights being taken away”, 3 de julho de 2020
- Cristian León, “Bolivia: La pandemia se convirtió en un justificativo para estrechar el control informacional”, 10 de agosto de 2020
- Elena Lorac, “República Dominicana: Somos parte de un movimiento antirracista global”, 13 de agosto de 2020
- Hayat Mirshad, “Lebanon: Change begins by handing over the mic to grassroots feminist organisations”, 17 de junho de 2020
- Nelson Olanipekun, “Nigeria: The global anti-racist protests renewed the call for police accountability”, 2 de setembro de 2020
- Adrian Pereira, “Malaysia: Migrants are amongst the first to be victimised and discriminated during the pandemic”, 27 de abril de 2020
- Sebastián Pilo, “Argentina: Debemos impedir el intento de volver a las injusticias de la pre-pandemia”, 15 de julho de 2020
- Patrick Poon, “Hong Kong: The National Security Law infringes on freedom of expression and is intensifying self-censorship”, 27 de agosto de 2020
- Gam Shimray, “Asia: Under the pandemic, racism against Indigenous peoples has intensified”, 2 de junho de 2020
- Klementyna Suchanow, “Poland: We invented new forms of protest because we had to”, 1 de setembro de 2020
- Ivana Teofilović, “Serbia: The political crisis will deepen as a large number of people lack representation”, 8 de setembro de 2020
- Sandun Thudugala, “Sri Lanka: Media control gave the government a definite advantage”, 18 de agosto de 2020
- Amali Tower, “COVID-19: Refugees paid a heavier price during a crisis that many believed impacted on us all equally”, 14 de agosto de 2020
- Owen Tudor, “COVID-19: We need a new social contract founded on rights and the principle of shared prosperity”, 10 de setembro de 2020
- Jolovan Wham, “Singapore: Opposition parties were given unfavourable coverage by the state media and had difficulty accessing voters”, 27 de julho de 2020
- Tsubasa Yuki, “Japan: The vulnerability of the homeless is the result of contemporary society’s built-in social exclusion”, 11 de junho de 2020
- Małgorzata Szuleka, “Poland: The crisis of democracy and human rights will deepen”, 15 de setembro de 2020
- Anonymous activist, “Burundi: The election of new leaders is not synonymous with democracy”, 19 de agosto de 2020

CONTRIBUIÇÕES À PESQUISA

- Fontoh Desmond Abinwi, **Crusaders for Environmental Protection and Ozone Watch**, Camarões
- Ana Addobbati, **Social Good Brasil**
- Ghida Anani, **Resource Centre for Gender Equality**, Líbano
- Pierre Fridolin Beng Sanding, Camarões
- Gedeon Muzigirwa Cizungu, **Active Vision**, República Democrática do Congo (RDC)
- Moncini Hinay, **Kids Who Farm**, Filipinas
- Bhawani Kusum, **Gram Bharati Samiti**, Índia
- Mesud Gebeyehu Reta, **Consortium of Ethiopian Human Rights Organizations**
- Magaly Eugenia Miliani, **Unidos para Ayudas Médicas**, Venezuela
- Kayinga Mudu Yisito, **Community Transformation Foundation Network**, Uganda
- Foeday Zinnah, **Youth Alliance for Rural Development in Liberia**
- Anônimo, membro da equipe, **Bureau d'Informations, Formations, Échanges et Recherches pour le Développement**, RDC

CIVICUS

EQUIPE EDITORIAL E DE PESQUISA

Andrew Firmin, Inés M. Pousadela, Mandeep Tiwana

COLABORADORES DA CIVICUS

Cathryn Archibald, Amal Atrakouti, Marianna Belalba Barreto, Josef Benedict, Suhani Bhushan, Clara Bosco, Patricia Deniz, David Kode, Débora Leão, Francesca Martonffy, Aarti Narsee, Elisa Novoa, Natalia Seoane, Nora Sicard, Yessenia Soto, Carolina Vega Rivas, Hannah Wheatley, Susan Wilding

EQUIPE DE COMUNICAÇÃO

Kgalalelo Gaebee, Thapelo Masiwa, Lerato Pagiwa, Silvia Puerto Aboy, Matthew Reading Smith, Nina Teggarty, Deborah Walter

DESIGNER

Diego López García

TRADUCCIÓN

Bouchra Laghzali (árabe), Cristina Romanó e Nora Terradillos (espanhol), Yanira Santana (francês), Natalie Akstein (português)

CONECTE-SE CONOSCO



civicus.org



info@civicus.org



/CIVICUS



@CIVICUSalliance

OFICINA CENTRAL

25 Owl Street, 6º andar
Joanesburgo, 2092
África do Sul
Tel: +27 (0)11 833 5959
Fax: +27 (0)11 833 7997

CENTRO ONU: NOVA YORK

205 E 42nd St, 7º andar
Nova York, NY, 10017
Estados Unidos

CENTRO ONU: GENEVRA

1 Avenue de la Paix
Genebra, CH-1202
Suíça
Tel: +41 (0)22 733 3435